



Anais da Assembléia

N.º 162

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1.979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 154ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1.979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 170/79

Curitiba, 26 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação do Excelentíssimo Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, os inclusos Ofícios números 898/79 e 990/79, daquela Presidência, onde se contém plano de alteração do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, para adaptá-lo às disposições da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), alterado pela Lei Complementar n.º 37, de 13 do corrente mês.

Tendo em vista, porém, a necessidade de se levar em consideração a atual conjuntura financeira do Estado, bem como visando a melhor adequação da aludida Lei Complementar e preceitos constitucionais específicos, proponho ao texto do Plano de Lei em questão, as seguintes alterações:

I — Substituir a redação do art. 78, para:

“Art. 78 — A Lei poderá conceder ajuda de custo para moradia, nas comarcas em que não houver residência oficial para juiz, exceto na Capital”.

II — Substituir a redação do art. 79, pela que segue:

“Art. 79 — Mediante lei, poderá ser concedida aos magistrados titulares de comarcas de difícil provimento a gratificação de que trata o art. 65, inciso X, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional”.

III — Modificar a redação do art. 81, e de seu § 1.º, para:

“Art. 81 — Os Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada perceberão mensalmente, a título de representação, a importância correspondente a vinte e cinco por cento (25%) sobre o seu vencimento-base; os Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e o Corregedor Geral da Justiça, da mesma forma, receberão vinte por cento (20%); e os Juizes de Direito Diretores de Forum, pelo mesmo título, farão jus a cinco por cento (5%) sobre o vencimento-base. Esta última vantagem é inacumulável com a de que trata o art. 1.º da Lei Estadual n.º 7.113, de 10 de abril de 1979.

§ 1.º — Pela substituição transitória, o substituto terá direito às mesmas vantagens estabelecidas para o substituído, saldo as de caráter pessoal”.

IV — Suprimir o art. 111, passando o art. 112 à numeração de 111, e, em consequência, desdobrar o art. 113, em dois artigos, com a numeração de 112 e 113, assim redigidos:

“Art. 112 — O Regimento Interno dos Tribunais disciplinará o processo de verificação de invalidez do magistrado, para efeito de sua aposentadoria.

Art. 113 — No caso do artigo anterior, serão observados os princípios contidos no art. 76 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional”.

V — Alterar a disposição da letra “m”, do inciso II, do parágrafo único do art. 255, pela que segue, acrescentando-se a letra “n”, a fim de manter o correspondente dispositivo do atual Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado:

“m — 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o de Registro de Pessoas Jurídicas; e,

n — 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o de Registro de Pessoas Jurídicas”.

VI — Suprimir, em consequência do item anterior, o art. 290, renumerando-se os posteriores.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

N.º 898/79 - G.P.

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Governador.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, aprovado por este Tribunal, em Sessão Plenária, em cumprimento ao contido no art. 139, da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, a fim de que Vossa Excelência se digne iniciar correspondente processo legislativo, na forma do art. 144, § 5.º, da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 91, combinado com o art. 47, inciso I, da Constituição do Estado do Paraná.

Devo esclarecer a Vossa Excelência que referido Projeto visa, primordialmente, adaptar o vigente Código de Organização e Divisão Judiciárias aos preceitos estabelecidos na mencionada Lei Complementar número 35, de 14 de março de 1979, e aos Constantes da Constituição Federal, alterados pela Emenda Constitucional número 07, de 13 de abril de 1.977.

Para melhor orientação de Vossa Excelência e, mesmo

dos Senhores Deputados Estaduais, devo sublinhar alguns pontos de real importância:

I -- Foi mantida a Constituição do Tribunal de Justiça em 26 (vinte e seis) Desembargadores, criando-se, porém, um Órgão Especial, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, da atual competência do Tribunal Pleno, ficando a este reservadas determinadas e importantes funções.

II -- Como o mesmo Órgão Especial deveria ter um mínimo de onze (11) e um máximo de vinte e cinco (25) membros (art. 16, parágrafo único da Lei Orgânica da Magistratura Nacional), o Projeto optou pelo número de vinte e dois (22) integrantes, destinando os quatro (4) Desembargadores da mais recente investidura, para o Conselho da Magistratura, de sorte a que todos desempenhem, igualmente, importantes funções.

III -- O Projeto prevê a constituição das Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas cada uma com quatro (4) membros, a fim de atender o princípio de substituição imposto pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional, mantida a participação do Vice-Presidente em uma delas, apenas com a função de revisor e vogal.

IV -- São criados Grupos de Câmaras Cíveis, o primeiro reunindo as 1ª e 3ª Câmaras Cíveis Isoladas e o segundo as 2ª e 4ª Câmaras, além de um Grupo de Câmaras Criminais, em substituição às atuais Câmaras Cíveis Reunidas e Câmaras Criminais Reunidas.

V -- As atuais Câmaras Especiais são extintas, criando-se uma única Câmara de Férias, que terá a constituição, a competência e o funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

VI -- Foram mantidas as atribuições e competência dos dirigentes do Tribunal de Justiça, com as ressalvas próprias da mesma Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

VII -- De sorte a possibilitar a inscrição de advogados e membros do Ministério Público às vagas que lhes forem destinadas nos Tribunais Estaduais, sem qualquer repercussão negativa quanto a não participação em listas triplices, cuidou-se de estabelecer tramitação sigilosa dos requerimentos e posterior incineração, facultando-se aos membros do Tribunal de Justiça, à Ordem dos Advogados, ao Instituto dos Advogados e à Procuradoria Geral da Justiça a indicação de candidatos.

VIII -- manteve-se a composição do Tribunal de Alçada em dezesseis (16) Juízes, relegando-se ao respectivo Regimento Interno o funcionamento, as atribuições e competência de seus Órgãos.

IX -- O ingresso na Magistratura será feito através de concurso para Juiz Substituto, valendo o mesmo apenas por um (01) ano, possibilitando-se a inscrição de Bacharéis em Direito até quarenta e cinco (45) anos de idade, salvo Professor de Faculdade de Direito no Estado, Membro do Ministério Público, Procurador ou advogado efetivo do Estado do Paraná, para os quais o limite de idade será de cinquenta (50) anos.

Será exigido, como condição para inscrição em tal concurso, título de habilitação em curso oficial de preparação para a Magistratura, curso esse que, como o de aperfeiçoamento que poderá ser exigido para efeito de promoção ou acesso na carreira, deverá ser regulamentado pelo Tribunal de Justiça, inclusive celebrando convênio com instituição de ensino jurídico ou entidades afins.

X -- O acesso ao cargo de Juiz de Direito será feito independente de novo concurso, mediante a aferição da conduta pessoal e capacidade judicante, através de critérios objetivos fundados em relatórios apresentados à Corregedoria da Justiça e observação desta, aprovados pelo Órgão Especial.

XI -- Embora a Lei Orgânica da Magistratura Nacional seja omissa quanto aos critérios para efeito de remoção na carreira da Magistratura (artigo 81), optou-se pela prevalência dos princípios de antiguidade e merecimento, ressalvado o direito de opção dos Juízes de uma mesma Comarca pela Vara

que se vagar, desde que exercido no prazo de oito (08) dias.

XII -- Com referência aos vencimentos dos magistrados, procurou-se defini-los em adequação às normas de Direito Administrativo, de sorte a que os mesmos englobassem a parte fixa auferida e mais a verba de representação, dando-se cumprimento, assim, ao disposto no parágrafo 1.º do artigo 65, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Por outro lado, fixou-se em vinte por cento (20%) do vencimento básico do magistrado o auxílio moradia, devidamente regulamentado, da mesma forma como se atribuiu a gratificação de vinte por cento (20%) pelo efetivo exercício em comarca de difícil provimento, assim definida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, tudo consoante disposto no artigo 65, da mesma Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

XIII -- Os Juízes de Paz e dois (2) Suplentes deverão ser nomeados pelo Governador do Estado, para cada um dos Distritos Judiciários, inclusive da Capital, mediante escolha em lista triplíce, organizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Juiz de Direito Diretor do Fórum da respectiva Comarca, e composta de eleitores do Distrito, não pertencetes a órgão de direção ou de ação de partido político.

XIV -- Dada evidente necessidade do serviço forense, cuja agilização é sempre reclamada, o número de Juízes Auxiliares de Entrância Intermediária foi elevado de sete (7), ainda não providos, para catorze (14), de forma a que também passem a existir nas Comarcas de três (3) Varas, como por exemplo, Foz do Iguaçu, como previsão também para eventuais impedimentos dos titulares, em feitos próprios de magistrados vitalícios.

XV -- Cumpre-nos esclarecer, por último, que o Projeto alcança apenas o objetivo de adaptar o nosso Código de Organização e Divisão Judiciárias às normas estatuídas pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional, nele não se cuidando, por isso, da criação de novas Comarcas e Varas judiciais, o que será objeto de outra proposição que será encaminhada a Vossa Excelência no decurso do ano próximo vindouro.

Sendo estas, Senhor Governador, as considerações que me permito fazer, peço a Vossa Excelência a especial gentileza de remeter respectiva Mensagem à douta Assembléia Legislativa com possível brevidade, a fim de que, até 13 de novembro do ano em curso, em consonância com o disposto no artigo 139, da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1.979, o Estado do Paraná possa contar com o seu Código de Organização e Divisão Judiciárias adaptado àquele Estatuto e à própria Constituição da República Federativa do Brasil.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos da mais alta estima e consideração.

(a) MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

N.º 990/79 - G.P.

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o pedido de alteração do projeto de adaptação do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná à Lei Orgânica da Magistratura, tendo em vista as disposições da Lei Complementar n.º 37, de 13 de novembro do corrente, que alterou dispositivos da referida Lei Orgânica.

Assim, em face da nova Lei, devem ser alterados os artigos 33, 46 e 87 do projeto original encaminhado a Vossa Excelência através nosso ofício n.º 898/79, de 1.º de outubro transato, artigos estes que passarão ter a redação a seguir transcrita:

Artigo 33 -- O Tribunal de Alçada terá a seguinte competência:

I - Em matéria cível, a recursos:

a) -- em quaisquer ações relativas a locação de imóveis,

- bem assim nas possessórias;
- b) - nas ações relativas à matéria fiscal da competência dos municípios;
 - c) - nas ações de acidentes do trabalho;
 - d) - nas ações de procedimento sumaríssimo, em razão da matéria;
 - e) - nas execuções por título extrajudicial, exceto as relativas à matéria fiscal da competência dos Estados;
- II - Em matéria penal, a *habeas corpus* e recursos:
- a) - nos crimes contra o patrimônio, seja qual for a natureza da pena cominada;
 - b) - nas demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, excetuados os crimes ou contravenções relativos a tóxicos ou entorpecentes, e à falência.

Art. 46 - O Juiz Substituto, quando no exercício de substituição, ou quando designado para auxiliar os Juizes de Direito, terá a mesma competência dos magistrados vitalícios.

Art. 87 - O magistrado licenciado não pode exercer qualquer de suas funções jurisdicionais ou administrativas, nem exercer qualquer função pública ou particular.

§ 1.º - Os períodos de licenças concedidos aos magistrados não terão limites inferiores aos reconhecidos por lei ao funcionalismo estadual.

§ 2.º - Salvo contra-indicação médica o magistrado licenciado poderá proferir decisões em processos que antes da licença, lhe sejam conclusos para julgamento ou tenham recebido seu visto como relator ou revisor.

Sendo estas, Senhor Governador, as considerações que me permito fazer nesta oportunidade, peço a Vossa Excelência a especial gentileza de remeter respectiva mensagem à douta Assembléia Legislativa com a brevidade que se faz necessária.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos da mais alta estima e consideração.

(a) MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º - Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina o funcionamento dos órgãos incumbidos da administração da Justiça e de seus serviços auxiliares.

LIVRO I

Da Organização Judiciária

TÍTULO I

Da Organização Judiciária

CAPÍTULO ÚNICO

Dos Órgãos do Poder Judiciário

Art. 2.º - O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I. Tribunal de Justiça;
- II. Tribunal de Alçada;
- III. Tribunal Especial;
- IV. Juizes de Direito e Juizes Substitutos;
- V. Tribunal do Júri e outros órgãos instituídos em lei;
- VI. Tribunal do Júri e outros órgãos instituídos em lei;
- VII. Juizes de Paz.

Parágrafo único. Os componentes desses órgãos são autoridades judiciárias e, dentro de sua competência, a eles estão sujeitos todos os assuntos judiciários que se suscitarem

no território do Estado, qualquer que seja a natureza da ação ou a qualidade das pessoas que neles intevenham.

Art. 3.º - Para fazer executar decisões ou diligências, que ordenarem, poderão os Tribunais e Juizes requisitar da autoridade competente o auxílio da força pública.

TÍTULO II

Do Tribunal de Justiça

CAPÍTULO I

Da Composição

Art. 4.º - O Tribunal de Justiça, composto de vinte e seis (26) Desembargadores e com sede na Capital, é o órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo jurisdição em todo o seu território.

Art. 5.º - Os Desembargadores serão nomeados pelo Governador do Estado dentre os Juizes do Tribunal de Alçada e os de Direito, por antigüidade e merecimento, alternadamente.

§ 1.º - No caso de antigüidade, apurada na última entrância, o Tribunal de Justiça poderá recusar o mais antigo, pelo voto da maioria de seus membros, repetindo-se a votação até se fixar a indicação.

§ 2.º - No caso de merecimento, a indicação far-se-á em lista tríplice.

§ 3.º - Havendo mais de uma vaga a ser preenchida por merecimento, a lista conterá, se possível, número de magistrados igual ao das vagas, mais dois para cada uma delas.

Art. 6.º - Para efeito de acesso ao Tribunal de Justiça serão considerados de entrância final os Juizes do Tribunal de Alçada.

Parágrafo único - Os Juizes que integram o Tribunal de Alçada somente concorrerão às vagas no Tribunal de Justiça correspondentes à classe dos magistrados.

Art. 7.º - Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça será preenchido por advogados, no efetivo exercício da profissão, e membros do Ministério Público, todos de notório merecimento e idoneidade moral, com dez (10) anos, pelo menos, de prática forense.

§ 1.º - Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou advogados serão preenchidos, respectivamente, por membros do Ministério Público e por advogados indicados em lista tríplice pelo Tribunal de Justiça.

§ 2.º - Em sendo ímpar o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, uma delas será, alternada e sucessivamente, preenchida por advogado e por membro do Ministério Público, de tal forma que, também sucessiva e alternadamente, os representantes de uma dessas classes superem os da outra em uma unidade.

§ 3.º - Não se consideram membros do Ministério Público, para preenchimento da vaga correspondente, os juristas estranhos à carreira, nomeados em comissão para o cargo de Procurador Geral da Justiça, ou outro de chefia.

Art. 8.º - Verificada a vaga, que deva ser provida de conformidade com o artigo anterior, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar edital, com o prazo de dez (10) dias, chamando à inscrição os candidatos ao respectivo preenchimento.

§ 1.º - Os interessados deverão apresentar requerimento, acompanhado de todos os documentos e títulos que comprovem os requisitos exigidos.

§ 2.º - Os requerimentos, que serão protocolados no Gabinete da Presidência e terão tramitação sigilosa, serão relatados pelo Presidente, também em sessão secreta do Tribunal Pleno e, uma vez votada a lista tríplice, serão incierados, sem que se divulgue o nome dos inscritos.

§ 3.º - Sem prejuízo do disposto nos dois parágrafos anteriores, o Presidente do Tribunal de Justiça, ou qualquer de seus membros, bem como a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, e o Instituto dos Advogados do Paraná, se

avaga couber a advogado ou à Procuradoria Geral da Justiça, se a vaga couber a membro do Ministério Público, poderão submeter à consideração do Tribunal, no mesmo prazo, nomes de pessoas que preencham os requisitos legais.

CAPÍTULO II

Do Funcionamento

Art. 9.º — O Tribunal de Justiça será dirigido por um de seus membros, como Presidente. Dois outros Desembargadores exercerão as funções de Vice-Presidente e Corregedor da Justiça, respectivamente.

§ 1.º — O Tribunal de Justiça, em Sessão Plenária, pela maioria de seus membros e por votação secreta, elegerá, dentre seus Juizes mais antigos, em número correspondente ao dos cargos de direção, os titulares destes, com mandato de dois (02) anos, proibida a reeleição. Quem tiver exercido quaisquer cargos de direção por quatro (04) anos, ou o de Presidente, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes na ordem de antiguidade. É obrigatória a aceitação do cargo, salvo recusa manifestada e aceita antes da eleição.

§ 2.º — O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao Juiz eleito para completar o período de mandato inferior a um (1) ano.

Art. 10 — Vagando a Presidência, o Vice-Presidente a exercerá pelo período restante, sendo substituído em seu cargo pelo Desembargador mais antigo, aplicando-se este último princípio quando a vaga for de Corregedor da Justiça.

Art. 11 — O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, em Órgão Especial, em Conselho da Magistratura, em Grupos de Câmaras Cíveis e Grupo de Câmaras Criminais, em quatro (4) Câmaras Cíveis isoladas e duas (2) Câmaras Criminais isoladas, além de uma (1) Câmara de Férias.

Parágrafo único. O Presidente e o Corregedor da Justiça não integrarão Câmaras ou Grupos de Câmaras e o Vice-Presidente só participará dos julgamentos na condição de vogal e revisor.

Art. 12 — O Tribunal constituirá Comissões Internas, permanentes ou não, cuja composição, atribuições e funcionamento serão disciplinados pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Do Tribunal Pleno

Art. 13 — Ao Tribunal Pleno, constituído por todos os membros do Tribunal de Justiça, compete, privativamente:

I. Eleger seus dirigentes e indicar os membros do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura, observado o disposto no presente Código, dando-lhes posse.

II. Propor ao Poder Legislativo, pela maioria absoluta de seus membros, alteração da presente lei, vedadas emendas estranhas ao objeto da proposta ou que determinem aumento de despesas; desde que, entretanto, a proposta implique em aumento de despesa, o Tribunal de Justiça a encaminhará ao Governador do Estado, para iniciativa do processo legislativo.

III. Elaborar seu Regimento Interno e organizar os serviços auxiliares de sua Secretaria, provendo os cargos por ato da Presidência.

IV. Organizar a lista para provimento de cargos de Desembargador.

V. Processar e julgar originariamente:

a) o Governador do Estado e os Deputados Estaduais, nos crimes comuns;

b) os Secretários de Estado e o Procurador Geral da Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvado o disposto no parágrafo 2.º, do artigo 129, da Constituição Federal;

c) os membros do Tribunal de Alçada, os Juizes de primeiro grau, o Juiz Auditor da Justiça Militar e os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e nos de

responsabilidade, ressalvadas a competência da Justiça Eleitoral e a do Tribunal do Juri, quanto aos últimos;

d) os crimes contra a honra em que for querelante qualquer das pessoas referidas nas lestras anteriores, quando oposta e admitida exceção da verdade;

e) Os mandados de segurança contra seus atos, os do Órgão Especial e os do Presidente do Tribunal.

VI. Solicitar, pela maioria absoluta de seus membros, ao Supremo Tribunal Federal a intervenção da União no Estado, quando o regular exercício das funções do Poder Judiciário for impedido por falta de recursos decorrentes de injustificada redução de sua proposta orçamentária, ou pela não satisfação oportuna das dotações que lhe correspondam.

CAPÍTULO IV

Do Órgão Especial

Art. 14. — O Órgão Especial será composto do Presidente do Tribunal de Justiça, do Vice-Presidente e do Corregedor da Justiça, que nele exercerão iguais funções, e de mais dezoito (18) Desembargadores de maior antiguidade no cargo, respeitada a representação de advogados e membros do Ministério Público sendo inadmitida a recusa do encargo.

Art. 15. — São atribuições do Órgão Especial:

I — Representar à Assembléia Legislativa sobre a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei, ato ou decreto estadual ou municipal, cuja institucionalidade haja sido declarada por decisão definitiva.

II — Aprovar a proposta do orçamento da despesa do Poder Judiciário a ser encaminhada, em época oportuna, ao Governador do Estado.

III — Aprovar as propostas de abertura de créditos adicionais.

IV — Conhecer da prestação de contas a ser encaminhada, anualmente, ao órgão competente da administração estadual.

V — Deliberar sobre pedidos de informação de comissão parlamentar de inquérito.

VI — Propor ao Executivo e à Assembléia Legislativa, conforme o caso, a elaboração de leis que visem a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos, bem como a de quaisquer outras de interesse do Poder Judiciário.

VII — Aprovar modelos de vestes talares para os magistrados e servidores da Justiça.

VIII — Determinar a instalação de Câmaras, Comarcas, Varas e Ofícios de Justiça.

IX — Aplicar sanções disciplinares às autoridades judiciárias em processos de sua competência.

X — Determinar a perda do cargo, a remoção ou disponibilidade dos Desembargadores e Juizes, nos casos e pela forma previstos em lei.

XI — Promover a aposentadoria compulsória de magistrado, mediante competente exame de saúde, nos casos de doença ou outros previstos em lei.

XII — Homologar o resultado de concursos para o ingresso na Magistratura.

XIII — Solicitar a intervenção federal, nos casos previstos na Constituição do Brasil.

XIV — Aprovar súmulas de sua jurisprudência predominante.

XV — Conhecer das sugestões contidas nos relatórios anuais da Presidência, da Corregedoria da Justiça e dos Juizes de Direito, podendo organizar comissões para estudos das matérias de interesse da Justiça.

XVI — Organizar listas tríplices e fazer indicações uninominais, nos casos previstos em lei.

XVII — Declarar a vacância, por abandono de cargo, na Magistratura e nas Serventias de Justiça.

XVIII. Conhecer e julgar as dúvidas, que não se manifestarem em forma de conflito, sobre distribuição, prevenção, competência e ordem de serviço, em matéria de suas atribuições, e dirimir, por assento, as dúvidas sobre competência das Câmaras, órgãos dirigentes do Tribunal e Desembargadores, valendo as decisões tomadas, neste caso, como normativas.

XIX. Conhecer e julgar os recursos das decisões de recebimento ou rejeição de queixa ou denúncia, nos crimes de sua competência originária, e os dos demais atos do relator, suscetíveis de recurso.

XX. Exercer as demais atribuições conferidas em lei, neste Código ou no Regimento Interno.

Art. 16 — Compete, privativamente, ao Órgão Especial:

I. Propor ao Poder Legislativo, através do Poder Executivo, alteração numérica dos membros do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada e dos Juizes de primeiro grau, observadas as regras do artigo 106 e seus parágrafos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

II. Indicar os magistrados para os Tribunais de Alçada e Eleitoral, bem como os juristas que devam participar do último e os advogados e membros do Ministério Público daquele.

III. Indicar os magistrados para efeito de remoção, opção e promoção, obedecidas as normas estabelecidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e neste Código.

IV. Indicar serventuários da Justiça para remoção e promoção.

V. Processar e julgar originariamente:

a) os mandados de segurança contra atos do Governador, da Assembléia Legislativa, sua mesa e seu Presidente, do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor da Justiça, do Procurador Geral da Justiça, do Conselho da Magistratura, das Câmaras ou Grupos de Câmaras, do Tribunal de Contas e de seu Presidente;

b) os conflitos de competência entre os órgãos do Tribunal de Justiça, bem assim os casos de dúvida entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada;

c) as habilitações e outros incidentes, nos processos de sua competência originária ou recursal;

d) as ações rescisórias de seus acórdãos e as revisões criminais;

e) as suspeições opostas a Desembargadores e ao Procurador Geral da Justiça, quando não reconhecidas;

f) as representações contra membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, por excesso de prazo previsto em lei;

g) a execução de julgados em causas de sua competência originária, podendo delegar à primeira instância a prática de atos não decisórios;

h) as reclamações, quando o ato reclamado for pertinente à execução de acórdãos seus.

VI. Julgar:

a) os embargos infringentes opostos aos acórdãos dos Grupos de Câmaras, em ação rescisória, e os recursos de despachos que os não admitem;

b) os agravos de despachos do Presidente que, em mandado de segurança, ordenarem a suspensão da execução de medida liminar ou de sentença que o houver concedido;

c) os agravos ou outros recursos cabíveis de despachos proferidos nos feitos de sua competência pelo Presidente, Vice-Presidente ou relator;

d) os recursos das decisões do Conselho da Magistratura.

VII. Deliberar sobre:

a) assunto de ordem interna, quando especialmente convocado para este fim pelo Presidente, por ato próprio, ou

a requerimento de um ou mais Desembargadores;

b) a permuta ou a remoção voluntária de Desembargadores de uma para outra Câmara;

c) quaisquer propostas ou sugestões do Conselho da Magistratura, notadamente as concernentes à organização da Secretaria do Tribunal de Justiça e serviços auxiliares;

d) a permuta ou remoção voluntária dos Juizes em exercício do primeiro grau de jurisdição;

e) a proposição de projetos de lei de sua iniciativa.

Parágrafo único. Os Desembargadores não integrantes do Órgão Especial, observada a ordem decrescente de antiguidade, poderão ser convocados pelo Presidente para substituir os que o compoñham, nos casos de afastamento ou impedimento.

CAPÍTULO V

Do Conselho da Magistratura

Art. 17 — O Conselho da Magistratura, com função disciplinar, do qual são membros natos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor, compor-se-á de mais quatro (4) Desembargadores, exatamente aqueles não integrantes do Órgão Especial, e sua competência e funcionamento serão estabelecidos no Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho da Magistratura terá, como órgão superior, o Órgão Especial a que alude o capítulo anterior.

CAPÍTULO VI

Das Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas

Art. 18 — As Câmaras Cíveis Isoladas e as Câmaras Criminais Isoladas, composta por quatro (4) Desembargadores cada uma, terão a competência e o funcionamento disciplinados no Regimento Interno.

CAPÍTULO VII

Dos Grupos de Câmaras

Art. 19 — Os Grupos de Câmaras Cíveis, em número de dois (2), o primeiro integrado pelos membros da primeira e terceira Câmaras Cíveis Isoladas e o segundo pelos membros das demais Câmaras Cíveis Isoladas, bem como o Grupo de Câmaras Criminais, integrado pelos componentes das Câmaras Criminais Isoladas, terão a competência e o funcionamento disciplinados no Regimento Interno.

CAPÍTULO VIII

Da Câmara de Férias

Art. 20 — A Câmara de Férias terá a constituição, a competência e o funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

CAPÍTULO IX

Da Corregedoria da Justiça

Art. 21 — Compete à Corregedoria da Justiça a inspeção permanente sobre todos os Juizes e serventuários da Justiça, para instruí-los, emendar-lhes os erros ou punir-lhes as faltas e abusos, devendo manter, para esses efeitos, cadastro funcional próprio de cada uma daquelas pessoas.

Art. 22 — A Corregedoria tem como titular o corregedor da Justiça, com jurisdição extraordinária permanente sobre todos os Juizes e serventuários da Justiça do Estado.

Art. 23 — Anualmente, o Corregedor da Justiça visitará, obrigatoriamente, pelo menos dez (10) Comarcas em correição geral ordinária, sem prejuízo das correições extraordinárias gerais ou parciais que entenda fazer, ou haja de realizar por determinação do Conselho da Magistratura.

Art. 24 — Haverá, na Corregedoria, livro próprio para registro de queixas, de qualquer do povo, por abusos, erros ou omissões das autoridades judiciárias, seus auxiliares, serventuários.

rios e funcionários da Justiça.

Art. 25 — É vedada a convocação de Juízes como auxiliares da Corregedoria da Justiça.

TÍTULO III

Das atribuições e Competência dos Dirigentes do Tribunal de Justiça

CAPÍTULO I

Do Presidente do Tribunal

Art. 26 — Ao Presidente do Tribunal de Justiça compete:

I — Superintender todo o serviço da Justiça, velando por seu regular funcionamento e pela exação das autoridades judiciárias no cumprimento de seus deveres, expedindo, para esse fim, as ordens ou recomendações que entender convenientes.

II — Representar o Poder Judiciário em suas relações com os demais Poderes e corresponder-se com as autoridades públicas sobre todos os assuntos que se relacionem com a administração da Justiça.

III — Dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir às sessões deste, do Órgão Especial, do Conselho da Magistratura e do Tribunal Especial, mantendo a ordem, regulando a discussão e os debates, encaminhando e apurando votações e proclamando seus resultados.

IV — Representar o Tribunal nos casos em que este não deseje fazê-lo por comissão, podendo delegar a incumbência ao Vice-Presidente ou a outro Desembargador.

V — Expedir edital para o preenchimento de vaga de Desembargador que deva ser provida pelo quinto constitucional.

VI — Expedir editais de concurso para ingresso na carreira da Magistratura, conhecendo dos pedidos de inscrição, deferindo-os ou não.

VII — Expedir edital, no caso de abandono de cargo, e declarar a respectiva vaga, salvo quando se tratar de magistrado.

VIII — Intervir nos julgamentos de natureza administrativa e nas deliberações do Conselho da Magistratura.

IX — Tomar parte no julgamento dos feitos em que houver posto seu "visto" como relator ou revisor.

X — Proferir voto de qualidade, quando houver empate se a solução deste não estiver de outro modo regulada.

XI — Participar do julgamento das questões constitucionais do Órgão Especial e funcionar como relator privativo, com direito a voto, nos seguintes feitos:

a) suspeição de Desembargador e do Procurador Geral;

b) reclamação sobre antiguidade dos magistrados;

c) aposentadoria de magistrados;

d) reversão ou aproveitamento de magistrados;

e) nos demais casos previstos em lei ou neste Código

XII — Conceder prorrogação de prazo para posse e exercício.

XIII — Presidir a audiências de instalação de Comarcas ou Vara Judicial, podendo delegar essa atribuição a qualquer Desembargador.

XIV — Fazer reorganizar e publicar, anualmente, as listas de antiguidade de Desembargadores, Juízes e servidores da Secretaria do Tribunal.

XV — Convocar sessão extraordinária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura.

XVI — Designar Juízes para o serviço de substituição e para auxiliar os Juízes de Direito, estabelecendo competência e atribuições.

XVII — Conceder férias a Juízes e ao pessoal do Tribunal de Justiça, podendo alterá-las segundo a conveniência do serviço

XVIII — Conceder licença para casamentos, nos casos do artigo 183, número XVI, do Código Civil.

XIX — Fazer organizar folha de pagamento de diárias e de ajudas de custo.

XX — Assinar os acórdãos do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, do Conselho da Magistratura e do Tribunal Especial, quando tiver presidido ao julgamento.

XXI — Expedir em seu nome, com sua assinatura, as ordens que não dependerem de acórdão.

XXII — Ordenar o pagamento, em virtude de sentenças proferidas contra a Fazenda Pública.

XXIII — Determinar o início do processo de restauração de autos perdidos na Secretaria do Tribunal.

XXIV — Justificar as faltas de comparecimento dos Desembargadores.

XXV — Expedir provisões de solicitadores e autorizar sua renovação, na forma da lei.

XXVI — Impor penas disciplinares.

XXVII — Conceder licença aos magistrados e servidores da Justiça.

XXVIII — Mandar contar tempo de serviço e acréscimos constitucionais,

XXIX — Nomear, exonerar, demitir, aposentar e lotar os funcionários da Justiça, bem como enquadrá-los e reclassificá-los nos termos da legislação vigente.

XXX — Autorizar e dispensar convites, tomadas de preço e concorrências.

XXXI — Firmar contratos, bem como atos de outra natureza, pertinentes à administração do Poder Judiciário.

XXXII — Dispensar duodécimos dos créditos orçamentários.

XXXIII — Autorizar o pagamento de vencimentos e vantagens do pessoal da justiça, dos inativos e em disponibilidade, bem assim atribuir gratificações em razão do serviço judiciário.

XXXIV — Encaminhar, em época oportuna, a proposta orçamentária relativa ao Poder Judiciário, bem como a abertura de créditos adicionais.

XXXV — Requisitar as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Judiciário.

XXXVI — Arbitrar e determinar pagamento de diárias e ajudas de custo.

XXXVII — Encaminhar os originais das folhas de pagamento do pessoal da Justiça ao Tribunal de Contas.

XXXVIII — Autorizar o afastamento do País de magistrados e servidores da Justiça.

XXXIX — Conhecer das reclamações contra a exigência de custas indevidas ou excessivas no Tribunal, ordenando restituições e impondo penas cabíveis, providências que poderão ser tomadas independentemente de reclamação, sempre que tais ocorrências constarem dos autos ou papéis que lhe forem presentes.

XI. — Admitir ou rejeitar os recursos para as instâncias superiores federais, processá-los na forma da lei e decidir as questões que suscitarem.

XLI — Prestar informações às instâncias superiores federais quando requisitadas.

XLII — Receber, mandar autuar e remeter ao Juízo Arbitral os compromissos relativos a causas pendentes no Tribunal de Justiça.

XLIII — Conceder licença-prêmio a quem de direito.

XLIV — Providenciar sobre o movimento, entrega e cobrança de autos e papéis, quando tais medidas não forem da competência dos relatores.

XLV — Assinar cartas de sentença, mandados executórios e ofícios requisitórios.

XLVI — Ressalvada a competência do Corregedor, mandar coligar provas para verificação de responsabilidade das pessoas que são processadas e julgadas pelo Tribunal, remetendo-as ao Procurador Geral da Justiça.

XLVII — Despachar as petições de recursos interpostos de acórdãos do Tribunal, as de simples juntada e, não estando presente o relator, as referentes a assuntos urgentes, que pudes-

rem ficar prejudicadas pela demora.

XLVIII — Exercer as funções inerentes à correição permanente na Secretaria do Tribunal.

XLIX — Exercer a alta polícia do Tribunal, mantendo a ordem, determinando a expulsão dos que perturbarem e a prisão dos desobedientes, fazendo lavrar os respectivos autos.

L — Prover, na forma da lei, os cargos do Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça.

LI — Processar e julgar as suspeições e dúvidas suscitadas pelos funcionários sujeitos à sua autoridade direta.

LII — Julgar os recursos voluntários sobre inclusão ou exclusão de jurados e os interpostos de ofício, no caso do parágrafo 3º do artigo 64, do Código de Organização e Divisão Judiciárias.

LIII — Apresentar, no mês de março de cada ano, relatório dos trabalhos do Tribunal no ano anterior.

LIV — Receber e despachar auto de prisão em flagrante de autoridade judiciária e tê-la sob sua custódia.

LV — Baixar instruções para o atendimento das despesas.

LVI — Determinar abertura de concursos.

LVII — Compôr, livremente, as Comissões não permanentes.

LVIII — Determinar a inscrição de magistrados nos órgãos de previdência do Estado e o desconto, em folha de pagamento, das alíquotas correspondentes à contribuição de cada um.

LIX — Administrar e regular o uso dos prédios de propriedade do Estado, quando destinados a Fórum ou residência de Juiz.

LX — Designar Juizes para as Comarcas ou Varas declaradas em regime de exceção, estabelecendo-lhes as atribuições.

LXII — Exercer outras quaisquer atribuições mencionadas em lei, neste Código ou no Regimento Interno.

CAPÍTULO II

Do Vice-Presidente do Tribunal

Art. 27 — Ao Vice-Presidente compete:

I — Substituir o Presidente em seus impedimentos ocasionais, nas licenças e nas férias.

II — Participar do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura.

III — Presidir a Câmara de que fizer parte e o Grupo de Câmaras respectivo.

IV — Presidir, em audiência pública semanal, a mesa de distribuição dos processos de natureza cível e criminal.

V — Encaminhar ao Presidente, antes do sorteio do relator ou não estando este presente, os feitos e petições que demandem despacho urgente, na forma da lei.

VI — Homologar as desistências de recursos cíveis, formuladas antes da distribuição.

VII — Determinar a baixa de processos cíveis; julgar desertos os recursos desta natureza nos casos ocorrentes; resolver os incidentes surgidos e mandar cumprir os acórdãos da Superior Instância.

VIII — Abrir, rubricar e encerrar os livros destinados aos serviços do Tribunal.

IX — Processar e julgar o pedido de concessão de justiça gratuita, quando o feito não estiver distribuído ou depois de cessarem as atribuições do relator.

X — Exercer as funções administrativas, expressamente delegadas pelo Presidente e, de comum acordo, colaborar com este nos atos de representação do Tribunal.

Art. 28 — Compete, ainda, ao Vice-Presidente, exercer quaisquer outras atribuições mencionadas em lei, neste Código ou no Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Do Corregedor da Justiça

Art. 29 — Ao Corregedor da Justiça, além da inspeção e

correição permanentes dos serviços judiciários, compete:

I — Participar do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura.

II — Tomar parte nas deliberações do Tribunal Pleno e do Órgão Especial sobre matéria de natureza constitucional ou administrativa.

III — Coligir provas para a efetivação da responsabilidade do magistrados e para que o Conselho da Magistratura possa desempenhar suas funções.

IV — Proceder a correições periódicas gerais.

V — Proceder a correições gerais ou parciais extraordinárias, bem como inspeção correicional em Comarcas e Distritos, por deliberação própria, do Tribunal, do Órgão Especial ou suas Câmaras e do Conselho da Magistratura, quando constar a prática de abusos que prejudiquem a distribuição da Justiça.

VI — Proceder, por determinação do Tribunal, do Órgão Especial, ou suas Câmaras, a correições extraordinárias em prisões, sempre que, em processo de "habeas corpus" houver indícios veementes de ocultação ou remoção de presos, com o intuito de ser burlada a ordem ou dificultada sua execução.

VII — Receber e processar as reclamações contra Juizes, funcionando como relator do julgamento pelo Conselho da Magistratura.

VIII — Receber, processar e decidir as reclamações contra os serventuários da Justiça, impondo-lhes as penas disciplinares em que incorrerem.

IX — Delegar a Juiz de Direito, quando estiver impedido de comparecer, poderes para proceder a correição que não versar sobre ato do Juiz de Direito da Comarca.

X — Instaurar, "ex officio" ou mediante representação de qualquer autoridade judiciária ou de membro do Ministério Público, inquérito administrativo para apuração de falta grave ou invalidez de servidores da Justiça, de cujas conclusões fará relatório ao Conselho da Magistratura.

XI — Verificar, determinando as providências que julgar convenientes para a imediata cessação das irregularidades que encontrar:

a) se os títulos de nomeação dos Juizes e servidores da Justiça se revestem das formalidades legais;

b) se os Juizes praticam qualquer das faltas referidas neste Código;

c) se os servidores da Justiça observam o Regimento de Custas; se servem com presteza e urbanidade às partes ou se retardam, indevidamente, atos de ofício; se têm todos os livros ordenados, na forma da lei, e se cumprem seus deveres funcionais com perfeita exatidão;

d) se consta a prática de erros ou abusos que devam ser emendados, evitados ou punidos, no interesse e na defesa do prestígio da Justiça;

e) se todos os atos relativos a posse, concessão de férias, licenças e conseqüente substituição dos servidores da Justiça, exceto os do Tribunal, são regulares;

f) se os autos cíveis ou criminais findos ou pendentes apresentam erro, irregularidades ou omissões, promovendo seu suprimento, se possível;

g) se as contas estão cotadas, ordenando a restituição das custas cobradas indevida ou excessivamente.

XII — Providenciar "ex officio" ou a requerimento, sobre o retardamento na tramitação de processo.

XIII — Apreciar, nos cartórios, a disposição do arquivo, as condições de higiene e a ordem dos trabalhos, dando aos serventuários as instruções que forem convenientes.

XIV — Verificar se os Oficiais de Registro Civil criam dificuldades aos nubentes, impondo-lhes exigências ilegais.

XV — Rever as contas de tutores e curadores.

XVI — Assinar o prazo dentro do qual, com a cominação de pena disciplinar, devem ser:

- a) dados tutores ou curadores a menores e interditos;
- b) removidos tutores e curadores inidôneos ou ilegalmente nomeados, ou que não tiverem hipoteca legalmente inscrita;
- c) iniciados os inventários ainda não começados ou reativados os que estiverem parados.

XVII — Averiguar e providenciar:

- a) sobre o que se relaciona com os direitos de menores abandonados ou órgãos;
- b) sobre arrecadação de impostos devidos em autos, livros ou papéis submetidos a correição;
- c) sobre arrecadação e inventário de bens de ausentes e de herança jacente.

XVIII — Impor penas disciplinares.

XIX — Designar por escala semanal, que deverá ser publicada no Diário da Justiça e na imprensa local, os Juízes de Direito Substitutos da Comarca de Curitiba, para o fim de, nos dias feriados ou naqueles em que não houver expedientes no Foro, conhecerem dos pedidos de "habeas corpus", das representações de prisão preventiva e das comunicações de flagrante delito.

XX — Relatar, perante o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura, conforme o caso:

- a) os processos de remoção e opção de Juízes;
- b) os processos de permura e reversão de Juízes;
- c) os processos de habilitação dos candidatos a Juiz Substituto;
- d) os processos de concurso para provimento dos cargos de serventuários da Justiça.

XXI — Expor, perante o Conselho da Magistratura, os relatórios anuais remetidos pelos Juízes e mandar organizar as estatísticas respectivas.

XXII — Baixar instruções para realização dos concursos relativos aos servidores da Justiça e instaurar processos de abandono de cargo.

XXIII — Pronunciar-se sobre pedido de remoção ou promoção de titular de Ofício de Justiça.

XXIV — Marcar prazo, em prorrogação, para serem expedidas certidões a cargo da Corregedoria e dos Ofícios de Justiça.

XXV — Instaurar sindicância, visando ao afastamento, "ex officio", de serventuários da Justiça, podendo determinar o referido afastamento até trinta (30) dias.

XXVI — Executar diligências complementares no caso de prisão em flagrante de autoridade judiciária.

XXVII — Funcionar como instrutor nos processos de disponibilidade e remoção compulsória de Juízes.

XXVIII — Baixar instruções para redistribuição de processos, livros e papéis cartorários, quando necessário.

XXIX — Propor ao Conselho da Magistratura a declaração de regime de exceção de qualquer Comarca ou Vara.

XXX — Exercer outras quaisquer atribuições mencionadas em lei, neste código ou no Regimento Interno.

TÍTULO IV

Do Tribunal de Alçada

CAPÍTULO ÚNICO

Da Organização e Competência

Art. 30 — O Tribunal de Alçada, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o seu território, compõe-se de dezesseis (16) Juízes, cujo número, mediante proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, poderá ser alterado.

Art. 31 — Os Juízes do Tribunal de Alçada serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, observadas as normas constitucionais.

Art. 32 — Aplica-se, no que couber, ao Tribunal de Alçada, o disposto no art. 9.º e seu parágrafo, e nos artigos 11 e

12 do presente Código.

Art. 33 — A competência do Tribunal de Alçada, em matéria penal, restringir-se-á a infrações a que não seja cominada pena de reclusão e, em matéria cível, a recursos nas ações relativas a locação, a acidentes de trabalho e a matéria fiscal, e aos concernentes a ações de procedimento sumaríssimo.

Art. 34 — Nos casos de conexão ou contingência entre ações de competência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, prorrogar-se-á a do primeiro, o mesmo ocorrendo quando, em matéria penal, houver desclassificação para crime de competência do último.

Art. 35 — O Tribunal de Alçada funcionará em Tribunal Pleno, em Grupo de Câmaras Cíveis, Grupo de Câmaras Criminais e em Câmaras Cíveis Isoladas e Câmaras Criminais Isoladas, na forma que dispuser o respectivo Regimento Interno.

Art. 36 — O Tribunal de Alçada não tem ação administrativa e disciplinar sobre os Juízes, cumprindo-lhe, todavia, comunicar ao Presidente do Tribunal de Justiça as faltas observadas.

TÍTULO V

Do Tribunal Especial

CAPÍTULO ÚNICO

Da Organização e Funcionamento

Art. 37 — O Tribunal Especial, além do Presidente, será composto de dez (10) membros, sendo cinco (5) Deputados eleitos pela Assembléia Legislativa, e cinco (5) Desembargadores sorteados em sessão pública do Tribunal de Justiça, que, para esse fim, poderá ser convocado extraordinariamente.

§ 1.º — O sorteio dos Desembargadores obedecerá ao sistema comum e será feito em Sessão Plenária, devendo o Desembargador escolhido, que se julgar impedido ou suspeito, assim se declarar desde logo, a fim de que, se aceito o impedimento ou procedente a suspeição, se renove o sorteio.

§ 2.º — O Desembargador poderá requerer que a sessão se torne secreta, exclusivamente para o fim de expor os motivos da recusa a integrar o Tribunal Especial.

Art. 38 — Sua presidência caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, o qual, em matéria decisória, terá apenas o voto de desempate.

Art. 39 — O Presidente instalará o Tribunal Especial mediante convocação pessoal de cada um dos membros, dentro de cinco (5) dias, após receber do Presidente da Assembléia Legislativa a comunicação de se haver declarado procedente a acusação contra o Governador ou o Secretário, se for o caso, com a indicação dos Deputados eleitos para a respectiva composição.

Art. 40 — O Tribunal Especial funcionará no edifício do Tribunal de Justiça, em sala previamente designada e obedecerá ao Regimento Interno do Tribunal, no que for aplicável.

LIVRO II

Dos Magistrados

TÍTULO I

Dos Magistrados de Primeira Instância

CAPÍTULO ÚNICO

Da Constituição

Art. 41 — A Magistratura na primeira instância é constituída de:

- I — Juiz Substituto.
- II — Juiz de Direto de entrância inicial.
- III — Juiz de Direito Auxiliar de entrância intermediária.
- IV — Juiz de Direito de entrância intermediária.
- V — Juiz de Direito Substituto.
- VI — Juiz de Direito de Entrância final.
- VII — Juiz Auditor da Justiça Militar.

§ 1.º — O Juiz Substituto terá sede na Comarca que encabeçar a Seção respectiva.

§ 2.º — O Juiz de Direito Auxiliar terá sede nas comarcas de três ou mais Varas, excluída a de Curitiba.

§ 3.º — O Juiz de Direito Substituto será sediado na Comarca de Curitiba.

TÍTULO II

Dos Juizes Substitutos

CAPÍTULO I

Da Nomeação

Art. 42 — Os Juizes Substitutos serão nomeados pelo prazo de dois (2) anos, mediante concurso de provas e títulos, perante Comissão Examinadora integrada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor da Justiça, representante da Ordem dos Advogados do Brasil e três (3) Desembargadores indicados pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único — Antes de decorrido o biênio de estágio e desde que seja apresentada proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça ao Chefe do Poder Executivo, tomada pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros efetivos, para o respectivo ato de exoneração, o Juiz Substituto ficará automaticamente afastado de suas funções e perderá o direito à vitaliciedade, ainda que o mesmo ato de exoneração seja assinado após o decurso daquele período.

Art. 43 — Para ser admitido ao concurso, que será válido por um (1) ano, o candidato preencherá os seguintes requisitos:

I — Ser brasileiro e estar em exercício dos direitos civis e políticos e quite com o serviço militar.

II — Não ter mais de quarenta e cinco (45) anos de idade, na data do último dia da inscrição, exceto se for professor da Faculdade de Direito no Estado, membro do Ministério Público, Procurador ou advogado efetivo do Estado do Paraná, para os quais o limite de idade será de cinquenta (50) anos.

III — Ser bacharel em Direito e provar sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, de dois (2) anos no mínimo, salvo funcionário público que, por esta condição, esteja legalmente impedido de obter a referida inscrição, quando estes dois (2) anos serão contados da data do conferimento do grau de bacharel em Direito.

IV — Fazer prova de bons antecedentes, mediante certidão de Escritania competente da jurisdição onde residiu, depois de completar dezoito (18) anos, e de idoneidade moral, atestada por Juiz ou autoridade perante a qual haja servido.

V — Fazer prova de sanidade física e mental, mediante laudos passados por órgão oficial do Estado.

VI — Exibir título de habilitação em curso oficial de preparação para a Magistratura.

Art. 44 — No pedido de inscrição, deverá o candidato indicar todos os cargos da atividade que tiver exercido, ficando a seu arbítrio a apresentação de títulos comprobatórios da capacidade intelectual.

Art. 45 — O Regimento Interno disciplinará a forma e as condições do concurso, cabendo ao Conselho da Magistratura elaborar o Regulamento respectivo.

Parágrafo único — Serão indicados para nomeação, pela ordem de classificação, candidatos em número correspondente às vagas, mais dois (2) para cada vaga, sempre que possível.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 46 — O Juiz Substituto, quando no exercício de substituição ou quando designado para auxiliar os Juizes de Direito, terá a mesma competência, salvo para os atos exclusivos de magistrados vitalícios.

Parágrafo único — Na falta, mesmo eventual, de Juiz Criminal, ao Juiz Substituto caberá a atribuição de decidir os pedidos de "habeas corpus" e de prisão preventiva na Seção

Judiciária de que é titular.

Art. 47 — O Juiz Substituto, quando não estiver no exercício de substituição, deverá auxiliar os Juizes de Direito das Comarcas da Seção Judiciária respectiva.

§ 1.º — O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvindo o Corregedor, baixará o ato de designação, indicando o Juiz ou Juizes em que será prestado o auxílio, estabelecendo as atribuições a serem desempenhadas.

§ 2.º — O Juiz Substituto poderá ser designado para o exercício de auxiliar em Juizes de Comarcas de outras Seções Judiciárias, observada a disposição do parágrafo anterior.

TÍTULO III

Dos Juizes De Direito

CAPÍTULO I

Da Nomeação

Art. 48 — Após dois (2) anos de exercício, ou antes, a critério do Órgão Especial, o Juiz Substituto poderá ser nomeado Juiz de Direito, independentemente de novo concurso, mediante aferição de sua conduta pessoal e capacidade judicante, através de critérios objetivos fundados em relatórios apresentados à Corregedoria da Justiça e observações desta, aprovados pelo mesmo Órgão Especial.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 49 — Salvo disposições em contrário, compete ao Juiz de Direito o exercício, em primeira instância, de toda a jurisdição civil, criminal ou de qualquer outra natureza.

Parágrafo único — Cumpre ao Juiz defender, pelas vias regulares de Direito, a própria jurisdição.

Art. 50 — Incumbe, ainda, aos Juizes de Direito em geral, ressalvadas as atribuições das autoridades competentes, funções relativas à esfera administrativa e em especial:

I — Inspeccionar as Serventias da Justiça da Comarca ou Vara e instruir os respectivos serventuários e funcionários sobre seus deveres, dispensando-lhes elogios ou punindo-os conforme o caso.

II — Determinar a remessa de peças processuais ao órgão do Ministério Público, quando verificar a existência de qualquer crime em autos e papéis sujeitos ao seu conhecimento.

III — Levar ao conhecimento do órgão competente da Ordem dos Advogados no Estado, as infrações do respectivo Estatuto, quando imputáveis a advogado ou solicitador.

IV — Levar ao conhecimento da Corregedoria do Ministério Público as infrações de ética funcional, quando imputáveis aos respectivos representantes locais.

V — Conceder licença, até trinta (30) dias, e férias aos Servidores da Justiça, dando ciência, obrigatoriamente, ao Corregedor, para efeito de assentamento.

VI — Remeter ao Corregedor, nas épocas próprias, relatórios de suas atividades funcionais, de acordo com os modelos aprovados.

VII — Requisitar da autoridade policial local o auxílio da força, quando necessário.

VIII — Presidir a concursos de Oficial de Justiça, Porteiro de Auditório, Auxiliar de Cartório, Comissário de Vigilância e de Servente, encaminhando os autos respectivos ao Presidente do Tribunal de Justiça, para nomeação.

IX — Nomear "ad hoc" servidores, quando não houver ou estiver impedido ou fora da sede da Comarca o respectivo titular ou seu substituto legal, devendo o nomeado prestar o compromisso do cargo.

X — Designar substituto aos servidores da Justiça nos casos de vacância, licença ou férias, nos termos do art. 179, deste Código.

XI — Deferir compromisso e dar posse aos servidores da Justiça e às autoridades judiciárias ou policiais, ressalvada,

quanto às últimas, a competência concorrente da autoridade administrativa.

XII — Presidir a concursos para provimento dos cargos de serventuários da Justiça.

XIII — Apreciar as declarações de suspeição ou impedimento do Juiz de Paz e dos servidores do Juízo, e prover no sentido das respectivas substituições.

XIV — Desempenhar atribuições delegadas ou solicitadas por autoridade judiciária federal ou estadual, de acordo com a lei.

XV — Representar ao Corregedor da Justiça sobre o afastamento dos serventuários da Justiça, sujeitos a processo administrativo, ou incurso em falta considerada grave.

XVI — Exercer qualquer outra função não especificada, mas decorrente de lei, regulamento ou regimento.

XVII — Nomear, como comissários de vigilância voluntários, pessoas com os mesmos requisitos exigidos para as funções de Juiz de Paz, constituindo o encargo, desde que efetivamente exercido, serviço público relevante.

Art. 51 — A competência dos Juizes de Direito, nas Comarcas onde houver mais de um Juiz, será por distribuição entre as Varas, na forma estabelecida neste Código.

Parágrafo único — Nessas Comarcas, exercerá a direção do Fórum o Juiz titular da 1.ª Vara Cível e, em sua falta, o da 1.ª Vara Criminal, seguindo-se a atribuição pela ordem de antiguidade na Comarca.

Art. 52 — O Juiz de Direito Auxiliar poderá ser designado para o exercício das funções contidas no Capítulo II, Título II, deste livro.

TÍTULO IV

Dos Conselhos e Auditoria da Justiça Militar

CAPÍTULO I

Da Composição e Funcionamento

Art. 53 — A Justiça da Polícia Militar será exercida:

I — Pelos Conselhos Militares e pelo Juiz Auditor Militar, em primeira instância, com jurisdição em todo o Estado.

II — Pelo Tribunal de Justiça, em segunda instância.

Art. 54 — O Juiz Auditor da Justiça Militar, ocupante de cargo isolado, será nomeado mediante concurso, no qual serão observadas as disposições para a nomeação e investidura dos Juizes Substitutos.

Art. 55 — A Auditoria compor-se-á, além do Juiz Auditor, de um Promotor, de um Escrivão e de um Oficial de Justiça.

Parágrafo único — Para os cargos de Escrivão e Oficial de Justiça, o Juiz Auditor requisitará um oficial inferior e uma praça de pré da corporação, respectivamente.

Art. 56 — Quanto à composição dos Conselhos Militares observar-se-á no que for aplicável, o disposto na legislação da Justiça Militar.

Art. 57 — Em seus eventuais impedimentos, o Juiz Auditor será substituído por Juiz de Direito Substituto, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 58 — Compete aos Órgãos da Justiça Militar, em primeiro grau, o processo e julgamento dos crimes militares, praticados pelos oficiais e praças da Polícia Militar do Estado, e seus assemelhados, bem como de outros assim definidos por lei, regulando-se sua jurisdição e competência pelas normas traçadas na legislação militar.

TÍTULO V

Tribunal do Júri

CAPÍTULO I

Composição e Funcionamento

Art. 59 — O Tribunal do Júri, instalado nas sedes das

Comarcas, obedecerá em sua composição e funcionamento, às normas do Código de Processo Penal.

Art. 60 — As reuniões do Tribunal do Júri serão mensais, devendo instalar-se mediante convocação do Juiz Presidente.

§ 1.º — Será dispensada a convocação onde não houver processo preparado para julgamento.

§ 2.º — O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar, sempre que exigir, o interesse da Justiça, reunião extraordinária do Tribunal do Júri, em qualquer Comarca.

Art. 61 — Se a lei instituir outros Tribunais populares, estes funcionarão conforme as disposições respectivas, observadas, no que forem aplicáveis, as normas do artigo anterior e seus parágrafos.

CAPÍTULO II

Atribuições e Competência

Art. 62 — Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos que lhe forem conexos, consumados ou tentados, referidos no Código Penal.

§ 1.º — Na Comarca da Capital, depois de concluída a instrução, os Juizes das Varas Criminais competentes remeterão os processos ao Presidente do Tribunal do Júri, para julgamento.

§ 2.º — Se houver recurso, em consonância com a decisão da Superior Instância, o processo será encaminhado ao Juiz competente.

TÍTULO VI

Dos Juizes de Paz

CAPÍTULO I

Da Nomeação

Art. 63 — Os Juizes de Paz e dois (2) suplentes serão nomeados, pelo Governador do Estado, para cada um dos Distritos Judiciários, inclusive da Capital, mediante escolha em lista tríplice, organizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Juiz de Direito Diretor do Fórum da respectiva Comarca, e composta de eleitores residentes no Distrito, não pertencentes a órgão de direção ou de ação de partido político; os demais nomes constantes da mesma lista tríplice serão nomeados primeiro e segundo suplentes.

Art. 64 — São requisitos para nomeação de Juiz de Paz e respectivos suplentes:

- a) cidadania brasileira e maioridade civil;
- b) gozo dos direitos civis, políticos e quitação com o serviço militar;
- c) domicílio e residência na sede do Distrito.

§ 1.º — O Juiz de Paz e suplentes tomarão posse perante o Juiz de Direito da Comarca ou, havendo nesta mais de uma Vara, perante o Juiz que exercer as funções de Diretor do Fórum.

§ 2.º — No ato do compromisso de cada um, o Juiz examinará a regularidade da investidura.

§ 3.º — Negando a posse, o Juiz de Direito recorrerá para o Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 65 — O exercício efetivo da função de Juiz de Paz constitui serviço público relevante e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até definitivo julgamento.

CAPÍTULO II

Atribuições, Competência e Substituição

Art. 66 — O Juiz de Paz, que poderá ser substituído, na sua falta e impedimentos, pelo 1.º Suplente e este pelo 2.º Suplente, tem competência somente para o processo de habilitação e a celebração de casamento, no respectivo Distrito Judiciário.

§ 1.º — Nos casos de falta, ausência ou impedimento do Juiz de Paz e de seus suplentes, caberá ao Juiz de Direito Diretor do Fórum da respectiva Comarca a nomeação de Juiz

de Paz "ad hoc".

§ 2.º — A impugnação à regularidade do processo de habilitação matrimonial e a contestação a impedimento oposto serão decididas pelo Juiz de Direito competente, da respectiva Comarca.

TÍTULO VII

Da Remoção, Permuta e Promoção dos Juizes de Direito

CAPÍTULO I

Da Remoção e Permuta

Art. 67 — A remoção de uma para outra Comarca, alternadamente, por antiguidade e merecimento, precederá o provimento inicial e a promoção por merecimento, com ressalva do direito de opção dos Juizes de outras Varas da mesma Comarca pela que houver vagado, se o manifestarem no prazo de oito (8) dias, a contar da publicação do Decreto que deu causa à vaga, e respeitada a ordem de antiguidade.

§ 1.º — A remoção por merecimento far-se-á mediante escolha pelo Poder Executivo de nome constante de lista tríplice, organizada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, dentre os candidatos, com mais de dois (2) anos de efetivo exercício, que a requererem no prazo de dez (10) dias, a contar da publicação do edital que deu causa à vaga, que deve ser imediatamente veiculada pelo Diário da Justiça, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite o lugar vago ou se forem recusados pela maioria absoluta dos membros do Órgão Especial, candidatos que hajam completado o período.

§ 2.º — A juízo do Órgão Especial do Tribunal de Justiça poderá ser provida, pelo mesmo critério, vaga decorrente de remoção, destinando-se a seguinte, obrigatoriamente, ao provimento por promoção.

§ 3.º — No caso de remoção por antiguidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça poderá recusar o Juiz mais antigo, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, repetindo-se a votação até se fixar a indicação.

Art. 68 — A permuta far-se-á por proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e ato do Governador do Estado.

CAPÍTULO II

Da Promoção

Art. 69 — A promoção dos Juizes de Direito far-se-á de entrância a entrância, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, observado o seguinte:

I — No caso de antiguidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça poderá recusar o Juiz mais antigo, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, repetindo-se a votação até se fixar a indicação; havendo empate na antiguidade, terá precedência o Juiz mais antigo na carreira.

II — No caso de merecimento, será precedida de inscrição dos interessados, para formação de lista tríplice, a ser encaminhada ao Poder Executivo, com acréscimo de tantos Juizes quantas sejam as vagas, mais dois, quando mais de uma vaga houver de ser preenchida por esse critério, sendo obrigatória a promoção de Juiz que figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento.

III — Somente após dois (2) anos de exercício na respectiva entrância, poderá o Juiz ser promovido, salvo se não houver com tal requisito quem aceite o lugar vago ou se forem recusados, pela maioria absoluta dos membros do Órgão Especial, candidatos que hajam completado o período.

Parágrafo único — Ocorrendo vaga a ser preenchida por promoção, o Presidente do Tribunal fará expedir edital de chamamento dos candidatos, com indicação dos que o devam ser por antiguidade ou por merecimento, e abertura do prazo de dez (10) dias, contado da publicação no Diário da Justiça, para a respectiva inscrição.

TÍTULO VIII

Do Compromisso, Posse, Exercício e Antiguidade

CAPÍTULO I

Do Compromisso, Posse e Exercício

Art. 70 — Nenhuma autoridade judiciária poderá entrar em exercício do cargo sem apresentar o respectivo título de nomeação ao órgão ou autoridade competente para a posse, a qual se efetivará mediante compromisso solene do nomeado de honrar seu cargo e de desempenhar com retidão suas funções, cumprindo a Constituição e as leis.

§ 1.º — O compromisso daverá ser reduzido a termo e a posse somente se completará pela entrada em exercício.

§ 2.º — Ao receber a investitura inicial, o Juiz deverá apresentar declaração pública de seus bens.

Art. 71 — O prazo para entrada em exercício é de trinta (30) dias, contado da publicação oficial do ato de nomeação, prorrogável por período idêntico, mediante solicitação do interessado.

§ 1.º — O pedido de prorrogação, dirigido à autoridade competente, será acompanhado de prova de justo impedimento, sob pena de não ser conhecido.

§ 2.º — Nos casos de promoção, remoção ou permuta, o prazo para entrada em exercício é de quinze (15) dias, prorrogável por igual período, na forma do parágrafo anterior.

Art. 72 — Perderá o direito ao cargo, que será havido como vago, quem não prestar o compromisso e não entrar em exercício nos prazos do artigo anterior.

Parágrafo anterior — O órgão ou autoridade competente para a posse verificará se foram satisfeitas, no ato da investitura, as condições estabelecidas em lei.

Art. 73 — Os Desembargadores e Juizes do Tribunal de Alçada tomarão posse perante o respectivo Tribunal, em sessão plena, salvo manifestação em contrário.

§ 1.º — Os Juizes de Direito, o Juiz Auditor da Justiça Militar e os Juizes Substitutos tomarão posse perante o Presidente do Tribunal de Justiça e os Juizes de Paz perante o Juiz de Direito Diretor do Fórum.

§ 2.º — Os atos em referência poderão ter lugar em período de férias.

§ 3.º — O termo de compromisso será lavrado em livro próprio, anotando-se a data da posse no verso do título de nomeação.

§ 4.º — A Secretaria do Tribunal de Justiça manterá um fichário atualizado das atividades dos Desembargadores, Juizes do Tribunal de Alçada, Juiz Auditor da Justiça Militar, Juizes de Direito e Juizes Substitutos.

§ 5.º — As anotações no fichário aludido no parágrafo anterior serão iniciadas após o nomeado prestar o compromisso legal e entrar no exercício, devendo referir-se às remoções, promoções, licenças, interrupções de exercício e quaisquer ocorrências que possam interessar ao cômputo de tempo de serviço.

CAPÍTULO II

Da Antiguidade

Art. 74 — Anualmente, na primeira quinzena do mês de janeiro, o Presidente do Tribunal de Justiça mandará reorganizar o quadro de antiguidade dos Desembargadores e Juizes de Direito e Substitutos.

Parágrafo único — O quadro será publicado até o dia quinze (15) de fevereiro seguinte.

Art. 75 — A antiguidade será apurada na data do efetivo exercício na entrância, prevalecendo, no caso de empate, a colocação na imediatamente inferior, e assim por diante, até se fixar a indicação, considerando-se para esse efeito o tempo exercido como Juiz Substituto.

§ 1.º — Persistindo a igualdade, a antiguidade será resolvida pelo tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná.

§ 2.º — Os que se considerarem prejudicados poderão reclamar no prazo de quinze (15) dias, contado da respectiva publicação.

§ 3.º — Não rejeitada a reclamação liminarmente, por manifesta improcedência, serão ouvidos os interessados, cuja antigüidade possa ser prejudicada pela decisão, no prazo máximo de quinze (15) dias, findo o qual será apreciada pelo Órgão Especial.

§ 4.º — Julgada procedente, a lista de antigüidade será novamente publicada.

TÍTULO IX

Dos Vencimentos, Representações, Gratificações, Ajudas de Custo e Diárias

CAPÍTULO I

Dos Vencimentos, Representações e Gratificações

Art. 76 — Os vencimentos, assim entendido o estipêndio fixo acrescido da verba de representação, serão fixados por lei, em valor certo.

§ 1.º — São irredutíveis os vencimentos dos magistrados, sujeitando-se, entretanto, aos impostos gerais, inclusive o de renda e aos extraordinários, bem assim aos descontos para fins previdenciários, estabelecidos, em igual base, para os servidores públicos.

§ 2.º — Os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça não serão inferiores aos dos Secretários de Estado, sem ultrapassar, todavia, os conferidos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

§ 3.º — A remuneração das demais classes de magistrados obedece aos seguintes preceitos:

I. Os juízes do Tribunal de Alçada recebem noventa e cinco por cento dos vencimentos atribuídos aos Desembargadores.

II. Os Juízes de Direito da Capital auferem oito nonos dos vencimentos determinados para os Desembargadores.

III. A seguir, a diferença de vencimentos dos Juízes de Direito, de uma para outra entrância, é de dez por cento.

§ 4.º — Para efeito do parágrafo anterior, os Juízes Substitutos são considerados de categoria imediatamente inferior à entrância inicial.

Art. 77 — Aos magistrados são concedidos adicionais de cinco por cento sobre seus vencimentos, por quinquênio de serviço, até o máximo de sete, respeitado o disposto no artigo 145 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Parágrafo Único. — Na forma da legislação, assegura-se ao magistrado a percepção de salário-família.

Art. 78 — Os magistrados de entrância inicial e intermediária perceberão, mensalmente e a título de auxílio-moradia, vinte por cento sobre o vencimento-base.

§ 1.º — O magistrado que residir em próprio do Estado, ou mantido por ele, não fará jus à vantagem prevista neste artigo.

§ 2.º — É defeso ao magistrado receber ajuda de custo para moradia, ou sua complementação de qualquer outra fonte.

Art. 79 — Os Juízes titulares de Comarcas de difícil provimento, assim definidas em resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, farão jus à gratificação mensal de vinte por cento sobre o respectivo vencimento-base.

Art. 80 — O Órgão Especial do Tribunal de Justiça disciplinará a gratificação de magistério, por aula proferida em curso oficial de preparação para a Magistratura ou de aperfeiçoamento de magistrados.

Art. 81 — Os Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada perceberão mensalmente, a título de representação, a importância correspondente a vinte e cinco por cento sobre seus vencimentos; os Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e o Corregedor da Jus-

tiça, da mesma forma, receberão vinte por cento; e os Juízes de Direito Diretores do Fórum, pelo mesmo título, farão jus a cinco por cento sobre seus vencimentos.

§ 1.º — Pela substituição transitória, o substituto terá direito às mesmas vantagens estabelecidas para o substituído.

§ 2.º — Em caso de vacância do cargo, licença ou afastamento não remunerado, o substituto perceberá a remuneração devida ao substituído, salvo as de caráter pessoal.

§ 3.º — O exercício do cargo de Juiz de Paz é gratuito.

CAPÍTULO II

Das Ajudas de Custo e Diárias

Art. 82 — Todo magistrado que for promovido e removido, fará jus a ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança, no valor de um mês de vencimento do cargo anterior. Poderá, ainda, o Presidente do Tribunal de Justiça conceder ajuda de custo ao magistrado autorizado a frequentar curso de aperfeiçoamento e estudo.

§ 1.º — A critério do Presidente do Tribunal de Justiça, a ajuda de custo poderá ser adiantada.

§ 2.º — Não será concedida ajuda de custo nos casos de permuta e quando se tratar de mais de uma remoção no biênio.

Art. 83 — Ao magistrado que, devidamente autorizado pelo Presidente do Tribunal, deslocar-se da respectiva sede, a serviço do Poder Judiciário, será concedida diária para se ressarcir das despesas de transporte, alimentação e pousada.

§ 1.º — A diária corresponderá a 1/30 avos dos vencimentos do magistrado e será paga em dobro se o afastamento ocorrer para fora do Estado.

§ 2.º — Ao Juiz Substituto que se deslocar da respectiva sede, no desempenho de suas funções, também autorizado pelo Presidente do Tribunal, será reconhecido o direito ao recebimento de diárias.

§ 3.º — Igualmente ao magistrado, pelo exercício em órgão disciplinar ou de correição, será reconhecido o direito a diárias quando se deslocar da respectiva sede.

§ 4.º — Aplica-se às diárias a norma constante do parágrafo 1.º, do artigo anterior.

Art. 84 — Os afastamentos, no desempenho de suas funções, dos Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada e do Corregedor da Justiça independem de autorização, e as diárias a que fizerem jus por eles requisitadas.

Parágrafo único. Quando as diárias forem devidas a Juízes do Tribunal de Alçada, competirá ao respectivo Presidente as atribuições que, neste capítulo, são prerrogativas do Presidente do Tribunal de Justiça.

TÍTULO X

Das Licenças, Concessões e Férias

CAPÍTULO I

Das Licenças

Art. 85 — O magistrado poderá licenciar-se:

I. Para tratamento de saúde.

II. Por motivo de doença na pessoa de seu cônjuge, ascendente ou descendente, até seis meses, prorrogáveis.

§ 1.º — A licença para tratamento de saúde, até trinta dias, será concedida mediante atestado de médico oficial ou assistente do requerente, com expressa declaração do tempo necessário ao tratamento.

§ 2.º — A licença para tratamento de saúde, por prazo superior a trinta dias, assim entendida a prorrogação, dependerá de laudo expedido por junta médica, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, quando se tratar de Desembargador ou Juiz de primeiro grau, ou Pelo Presidente do Tribunal de Alçada, quando se tratar de Juiz daquela Corte.

§ 3.º — O magistrado de sexo feminino terá direito a licença especial para gestante, deferida às servidoras públicas.

Art. 86 — Após vinte e quatro meses de afastamento consecutivo, o magistrado será submetido à inspeção de saúde, devendo reassumir suas funções dentro de dez dias, contados da data do laudo que concluir por seu restabelecimento.

Art. 87 — O magistrado licenciado não pode exercer qualquer de suas funções jurisdicionais ou administrativas, nem exercer qualquer função pública ou particular.

Parágrafo único. Salvo contra-indicação médica, o magistrado licenciado poderá proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe sejam conclusos para julgamento ou tenham recebido seu visto como relator ou revisor.

CAPÍTULO II

Das Concessões

Art. 88 — Sem prejuízo dos vencimentos, ou qualquer vantagem legal, o magistrado poderá afastar-se de suas funções, até oito dias consecutivos, por motivo de:

- I. Casamento.
- II. Falecimento do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

§ 1.º — Conceder-se-á afastamento ao magistrado, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens:

I. Para frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, a critério do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, quando se tratar de Desembargador ou Juiz de primeiro grau, ou da Presidência do Tribunal de Alçada, quando se tratar de Juiz daquela Corte.

II. Para prestação de serviços exclusivamente à Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO III

Das Férias.

Art. 89 — Os magistrados terão direito a sessenta dias de férias anuais, coletivas ou individuais.

§ 1.º — Os Desembargadores do Tribunal de Justiça e os Juizes do Tribunal de Alçada gozarão férias coletivas, nos períodos de 02 a 31 de janeiro e de 02 a 31 de julho.

§ 2.º — Os Presidentes e Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, o Corregedor da Justiça e os membros da Câmara de Férias gozarão individualmente, trinta dias consecutivos por semestre.

§ 3.º — Os Juizes de Direito titulares e o Juiz Auditor da Justiça Militar gozarão férias coletivas, nos períodos indicados no parágrafo 1.º.

§ 4.º — Os juizes de Direito Substitutos, os Juizes de Direito Auxiliares e os Juizes Substitutos gozarão férias individuais, conforme escala referente a cada classe, organizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 5.º — As férias deverão ser cumpridas, obrigatoriamente, no ano, salvo motivo de interesse da Justiça.

§ 6.º — As férias individuais não podem fracionar-se em períodos inferiores a trinta dias e somente podem acumular-se por imperiosa necessidade de serviço, pelo máximo de dois meses.

§ 7.º — O Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada iniciarão e encerrarão seus trabalhos, respectivamente, no primeiro e último dia úteis de cada período, com a realização de sessão.

§ 8.º — É vedado o afastamento do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada ou de qualquer de seus órgãos judicantes, em gozo de férias individuais, no mesmo período, de Juizes em número que possa comprometer o "quorum" de julgamento.

Art. 90 — Durante as férias e nos feriados, não se praticarão atos processuais, exceto aqueles definidos pelo Código de Processo Civil e por lei federal, além da tramitação dos

processos criminais referentes a réus presos e os "habeas corpus".

Parágrafo único. Nos períodos de férias coletivas, todas as intimações aos advogados serão feitas, pessoalmente, através de mandado.

TÍTULO XI

Da Substituição nos Tribunais e nas Comarcas

CAPÍTULO I

Da Substituição nos Tribunais

Art. 91 — O Presidente do Tribunal de Justiça é substituído pelo Vice-Presidente, e este e o Corregedor pelos demais membros, na ordem decrescente de antigüidade.

Art. 92 — A substituição dos membros do Conselho da Magistratura far-se-á por Desembargador da designação do Presidente do Tribunal.

Art. 93 — Os Desembargadores serão substituídos nos Grupos de Câmaras e Câmaras isoladas, nos casos de ausência ou impedimento eventual, para o efeito de compor o "quorum" de julgamento, por outro da mesma Câmara, ou de outra, na forma prevista no Regimento Interno.

Art. 94 — Em caso de afastamento a qualquer título, por período superior a trinta dias, os feitos em poder do magistrado afastado e aqueles em que tenha lançado relatório, como os que pões em mesa para julgamento, serão redistribuídos aos demais membros da Câmara ou Grupo de Câmaras, mediante oportuna compensação. Os feitos em que seja revisor passarão ao substituto legal.

§ 1.º — O julgamento que tiver sido iniciado prosseguirá, computando-se os votos já proferidos, ainda que o magistrado afastado seja o relator.

§ 2.º — Somente quando indispensável para decidir nova questão, surgida no julgamento, será dado substituto ao ausente, cujo voto, então, não se computará.

Art. 95 — Quando o afastamento for por período igual ou superior a três dias, serão redistribuídos, mediante oportuna compensação, os "habeas corpus", os mandados de segurança e os feitos que, consoante fundada alegação do interessado, reclamem solução urgente. Em caso de vaga, ressalvados esses processos, os demais serão atribuídos ao nomeado para preenchê-la.

Art. 96 — No Tribunal de Alçada, o Vice substituirá o Presidente e os Juizes serão substituídos na forma dos artigos precedentes, no que aplicáveis.

Art. 97 — A convocação de Juiz do Tribunal de Alçada para o Tribunal de Justiça, e dos Juizes da Comarca da sede do Tribunal de Alçada para o mesmo, somente se fará mediante sorteio público, para completar, como vogal, o "quorum" de julgamento, quando, por suspeição ou impedimento dos integrantes do Tribunal, não for possível a substituição na forma prevista nos artigos anteriores.

Parágrafo único. Não poderão ser convocados Juizes punidos, nem os que estejam respondendo a procedimento que possa colimar perda do cargo.

Art. 98 — A redistribuição de feitos, a substituição nos casos de ausência ou impedimento eventual e a convocação para qualquer "quorum" de julgamento não autorizam a concessão de qualquer vantagem, salvo diárias e transporte, se for o caso.

CAPÍTULO II

Das Substituições nas Comarcas

Art. 99 — Os Juizes de Direito da Comarca de Curitiba serão substituídos pelos Juizes de Direito Substitutos, observada a designação ordinal e, excepcionalmente, por Juizes Substitutos, mediante ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 100 — O Presidente do Tribunal de Justiça poderá

designar, se necessário, o mesmo Juiz de Direito Substituto para substituir, cumulativamente, em duas ou mais Varas da mesma ou diversa Seção Judiciária.

Art. 101 — A substituição, por motivo de férias, licença, afastamento, impedimento e vacância do cargo pelos Juizes de Direito Substitutos, Juizes de Direito Auxiliares, conforme o caso, e Juizes Substitutos, nas Seções respectivas, será automática e comunicada, incontinenti, ao Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedoria da Justiça.

Art. 102 — Os Juizes de Direito Auxiliares e os Substitutos substituirão, ordinariamente, os Juizes de Direito das Comarcas que compuserem a respectiva Seção Judiciária.

§ 1.º — Nas Comarcas com três ou mais Varas, excluída a de Curitiba, o Juiz de Direito Auxiliar substituirá automaticamente os Juizes de Direito nas ações em que os Juizes Substitutos não tiverem competência; no caso de ausência do Juiz Substituto, a substituição plena dependerá de ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.º — O Presidente do Tribunal de Justiça, por imperiosa necessidade do serviço, poderá determinar que o Juiz de Direito Auxiliar ou o Juiz Substituto de uma Seção Judiciária substitua em outra.

§ 3.º — Nos casos de impedimento, de suspeição ou conforme as exigências do serviço, as substituições poderão ser exercidas por Juiz de Direito, mediante designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

TÍTULO XII

Das Incompatibilidades, dos Impedimentos e das Suspeições

CAPÍTULO I

Das Incompatibilidades

Art. 103 — É vedada ao magistrado, sob pena de perda do cargo:

I. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo um cargo de magistério superior, público ou particular, desde que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários, vedado, em qualquer hipótese, o desempenho de função de direção administrativa ou técnica de estabelecimento de ensino.

II. Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens ou custas nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento.

III. Exercer atividade político-partidária.

IV. Exercer o comércio ou particular de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista.

V. Exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração.

VI. Manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério.

Parágrafo único. A proibição a que alude o inciso I não obsta o desempenho de função docente em curso de preparação para a judicatura ou aperfeiçoamento de magistrados.

CAPÍTULO II

Dos Impedimentos

Art. 104 — É defeso ao magistrado exercer suas funções no processo contencioso ou voluntário:

I. De que for parte.

II. Em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.

III. Que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão, ressalvados os despachos

de mero expediente.

IV. Quando nele estiver funcionando, ou funcionou, como advogado da parte, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de Justiça, seu cônjuge ou qualquer parente seu consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

V. Quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim de alguma das partes, em linha reta ou colateral, até terceiro grau.

VI. Quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

Parágrafo único. No caso de número IV, o impedimento só se verifica quando o advogado já estava exercendo o patrocínio da causa; é, porém, vedado ao advogado pleitear no processo, a fim de criar o impedimento do Juiz.

Art. 105 — É defeso, ainda, o desempenho das funções, de árbitro ou de Juiz, fora dos casos previstos em lei.

CAPÍTULO III

Das Suspeições

Art. 106 — Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do magistrado quando:

I. Amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

II. Alguma das partes for credora ou devedora do Juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

III. Herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.

IV. Receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.

V. Interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

Parágrafo único. Poderá ainda o Juiz declarar-se suspeito por motivo íntimo.

Art. 107 — Nos Tribunais, não poderão ter assento, na mesma Câmara ou Grupos de Câmaras, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral, até o terceiro grau.

Parágrafo único. Nas sessões do Tribunal Pleno ou Órgão Especial, o primeiro dos membros mutuamente impedidos, que votar, excluirá a participação do outro no julgamento.

Art. 108 — Exceto em Curitiba, não poderão servir, conjuntamente, na mesma Comarca, como Juiz de Direito, Juiz Substituto e serventuários, os que sejam parentes até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins.

TÍTULO XIII

Da Aposentadoria e da Reversão

CAPÍTULO I

Da Aposentadoria

Art. 109 — A aposentadoria dos magistrados será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada e, facultativa, após trinta anos de serviço público, sempre com vencimentos integrais, ressalvado o disposto nos artigos 50 e 56 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Art. 110 — Os proventos da aposentadoria serão reajustados na mesma proporção dos aumentos de vencimentos concedidos, a qualquer título, aos magistrados em atividade.

Art. 111 — Ao magistrado, aposentado no exercício de função gratificada com verba de representação, temporária, desde que outra não receba, por igual título, será assegurada a incorporação da mesma em seus proventos de inatividade.

Art. 112 — Ao Desembargador ou Juiz do Tribunal de Alçada, nomeado para os lugares reservados a advogados, nos termos da Constituição Federal, será computado o tempo até

de quinze anos, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 113 — O Regimento Interno dos Tribunais disciplinará o processo de verificação de invalidez de magistrado, para efeito de sua aposentadoria, obedecidos os princípios do artigo 76, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

CAPÍTULO II

Da Reversão

Art. 114 — A reversão do magistrado de carreira, aposentado por invalidez, bem como o aproveitamento daquele em disponibilidade dependerão de requerimento do interessado, podendo o Órgão Especial do Tribunal de Justiça deixar de acolher o pedido, se assim for do interesse da Justiça.

§ 1.º — Em qualquer caso será necessária a existência de vaga, a ser preenchida pelo critério de merecimento, de categoria igual à que ocupava o requerente, o qual deverá provar idade não superior a cinquenta e cinco anos e aptidão física e mental, mediante laudo de inspeção de saúde, expedido por junta médica nomeada pelo Presidente do Tribunal, ouvido o Conselho da Magistratura, sendo relator o Corregedor.

§ 2.º — A reversão e o aproveitamento não excluem o cumprimento do interstício completo, a contar da data do novo exercício, salvo para os que já o tiveram satisfeito.

TÍTULO XIV

Dos Direitos e Garantias

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 115 — Todo magistrado gozará de prerrogativas expressamente estabelecidas na Constituição, assim como de todas as demais nela implicitamente contidas, além das seguintes:

I. Ser ouvido como testemunha em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade ou Juiz de instância igual ou inferior.

II. Não ser preso senão por ordem escrita do Órgão Especial competente para o julgamento, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação e apresentação do magistrado ao Presidente do Tribunal a que esteja vinculado.

III. Ser recolhido à prisão especial, ou a sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Órgão Especial competente, quando sujeito à prisão antes de julgamento final.

IV. Não estar sujeito à notificação ou intimação para comparecimento, salvo se expedida por autoridade judicial.

V. Portar arma de defesa pessoal.

Parágrafo único. Quando, no curso de investigação, houver indício de prática de crime por parte do magistrado, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá os respectivos autos, em quarenta e oito horas, ao Órgão Especial competente para o julgamento, a fim de que prossiga na investigação.

Art. 116 — A categoria do Juiz não será alterada por efeito de classificação da Comarca, continuando a nela ter exercício.

Parágrafo único. Em caso de mudança, é facultado ao Juiz remover-se para a nova sede ou para Comarca de igual entrada, ou obter disponibilidade sem prejuízo de seus direitos.

Art. 117 — Havendo desdobramento ou criação de Varas, o Juiz ocupante da Vara desdobrada, ou da qual saírem as atribuições, terá direito a optar pela de sua preferência, nos dez dias seguintes à publicação do ato respectivo; não o fazendo, entender-se-á que preferiu a Vara de que é titular.

TÍTULO XV

Dos Deveres, Das Penalidades e da Responsabilidade Civil

CAPÍTULO I

Dos Deveres

Art. 118 — São deveres do magistrado:

I. Cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício.

II. Não exceder injustificadamente os prazos de sentenciar ou despachar.

III. Determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais.

IV. Tratar com urbanidade as partes, os membros do Ministério Público, os advogados, as testemunhas, os funcionários e os auxiliares da Justiça, e atender aos que o procurarem, a qualquer momento, quando se tratar de providências que reclame e possibilite solução de urgência.

V. Residir na sede da Comarca, salvo autorização do órgão disciplinar a que estiver subordinado.

VI. Comparecer pontualmente à hora de iniciar-se o expediente ou a sessão, e não se ausentar injustificadamente antes de seu término.

VII. Exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere a cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes.

VIII. Manter conduta irrepreensível na vida pública e particular.

Art. 119 — Os Tribunais farão publicar mensalmente, no órgão oficial, dados estatísticos sobre seus trabalhos no mês anterior, entre os quais: o número de votos que cada um de seus membros, nominalmente indicado, proferiu como relator e revisor; o número de feitos que lhe foram distribuídos no mesmo período; o número de processos que recebeu em consequência de pedido de vista ou como revisor; a relação dos feitos que lhe foram conclusos para voto, despacho e lavratura de acórdão, ainda não devolvidos, embora decorridos os prazos legais, com as datas das respectivas conclusões.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal velar pela regularidade e pela exatidão das publicações.

Art. 120 — Sempre que, encerrada a sessão, restarem em pauta ou em mesa mais de vinte feitos sem julgamento, o Presidente fará realizar uma ou mais sessões extraordinárias, destinadas ao julgamento daqueles processos.

Art. 121 — Os Juízes remeterão, até o dia dez de cada mês, ao órgão competente de segunda instância, informação a respeito dos feitos em seu poder, cujos prazos para despacho ou decisão hajam sido excedidos, bem como indicação do número de sentenças proferidas no mês anterior.

CAPÍTULO II

Das Penalidades

Art. 122 — A Atividade censória do Tribunal de Justiça e do Conselho da Magistratura é exercida com o resguardo devido à dignidade e à independência do magistrado.

Art. 123 — Salvo os casos de impropriedade ou excesso de linguagem, o magistrado não pode ser punido ou prejudicado pelas opiniões que manifestar ou pelo teor das decisões que proferir.

Art. 124 — São penas disciplinares:

I. Advertência.

II. Censura.

III. Remoção compulsória.

IV. Disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

V. Demissão.

Parágrafo único. As penas de advertência e de censura somente são aplicáveis aos Juízes de primeira instância.

Art. 125 — A pena de advertência aplicar-se-á reservadamente, por escrito, no caso de negligência no cumprimento dos deveres do cargo.

Art. 126 — A pena de censura será aplicada reservadamente, por escrito, no caso de reiterada negligência no cumprimento dos deveres do cargo, ou no de procedimento incorreto, se a infração não justificar punição mais grave.

Art. 127 — O Órgão Especial do Tribunal de Justiça poderá determinar, por motivo de interesse público, em escrutínio

secreto e pelo voto de dois terços de seus membros efetivos:

- I. A remoção de Juiz de entrância inferior.
- II. A disponibilidade de membro do próprio Tribunal, do Tribunal de Alçada ou de Juiz de instância inferior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo único. Na determinação do "quorum" da decisão será levado em conta o número de Desembargadores em condições legais de votar, como tal se considerando os não atingidos por impedimento ou suspeição e os não licenciados por motivo de saúde.

Art. 128 — O procedimento para decretação da remoção ou disponibilidade de magistrado será o mesmo estabelecido para o de demissão.

Art. 129 — A pena de demissão será aplicada:

I. Aos magistrados vitalícios, nos casos de ação penal por crime comum ou de responsabilidade, e em procedimento administrativo nas hipóteses previstas no artigo 103 e seus incisos.

II. Aos juízes nomeados mediante concurso de provas e títulos, enquanto não adquirirem a vitaliciedade, em caso de falta grave, inclusive se se manifestarem negligentes no cumprimento dos deveres do cargo, se tiverem procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções, se forem de escassa ou insuficiente capacidade de trabalho, ou tiverem proceder funcional incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário.

Art. 130 — O procedimento para a perda do cargo ou demissão terá início por determinação do Órgão Especial; de ofício ou mediante representação fundamentada do Poder Executivo ou Legislativo, do Ministério Público ou do Conselho Federal ou Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1.º — Em qualquer hipótese, a instauração do processo preceder-se-á da defesa prévia do magistrado, no prazo de quinze dias, contado da entrega da cópia do teor da acusação e das provas existentes, que lhe remeterá o Presidente do Tribunal, mediante ofício, nas quarenta e oito horas imediatamente seguintes à apresentação da acusação.

§ 2.º — Findo o prazo da defesa prévia, haja ou não sido apresentada, o Presidente, no dia útil imediato, convocará o Órgão Especial para que, em sessão secreta, decida sobre a instauração do processo e, caso determinada esta, no mesmo dia distribuirá o feito e fará entregá-lo ao relator.

§ 3.º — O Órgão Especial na sessão em que ordenar a instauração do processo, como no curso dele, poderá afastar o magistrado do exercício de suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens, até a decisão final.

§ 4.º — As provas requeridas e deferidas, bem como as que o relator determinar de ofício, serão produzidas no prazo de vinte dias, cientes o Ministério Público, o magistrado ou o procurador por ele constituído, a fim de que possam delas participar.

§ 5.º — Finda a instrução, o Ministério Público e o magistrado ou seu procurador terão, sucessivamente, vista dos autos por dez dias, para razões.

§ 6.º — O Julgamento será realizado em sessão secreta do Órgão Especial, depois de relatório oral, e a decisão no sentido de apenar o magistrado só será tomada pelo voto de dois terços dos membros do colegiado, em escrutínio secreto.

§ 7.º — Da decisão publicar-se-á somente a conclusão.

§ 8.º — Se a decisão concluir pela perda do cargo, será comunicada, imediatamente, ao Poder Executivo, para a formalização do ato.

Art. 131 — O Regimento Interno do Tribunal de Justiça estabelecerá o procedimento para a apuração de faltas puníveis com advertência ou censura.

CAPÍTULO III

Da Responsabilidade Civil

Art. 132 — Responderá por perdas e danos o magistrado, quando:

I. No exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.

II. Recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento das partes.

Parágrafo único. Reputar-se-ão verificadas as hipóteses previstas no inciso II somente depois que a parte, por intermédio do escrivão, requerer ao magistrado que determine a providência e este não lhe atender o pedido dentro de dez dias.

TÍTULO XVI

Do Tratamento, das Vestes Tálares e do Expediente CAPÍTULO ÚNICO

Do Tratamento, das Vestes Tálares e do Expediente

Art. 133 — Aos Tribunais de Justiça e de Alçada, suas Câmaras ou Turmas, cabe o tratamento de "Egrégio", e a todos os Magistrados o de "Excelência". Os membros do Tribunal de Justiça têm o título de "Desembargador".

Parágrafo único. O magistrado, embora aposentado, conservará o título e as honras correspondentes ao cargo.

Art. 134 — Nos Juízos colegiados e nos atos solenes da Justiça comum, como a celebração de casamento e as audiências cíveis e criminais, é obrigatório o uso de vestes tálares, conforme modelo aprovado pelo Órgão Especial.

Parágrafo único. O Juiz de Paz, na celebração de casamento, usará faixa verde e amarela de dez centímetros de largura, posta a tiracolo, do lado direito para o esquerdo.

Art. 135 — Os magistrados de primeira instância deverão comparecer, diariamente, à sede dos Juízos, das catorze às dezessete horas, ou enquanto necessário ao serviço, salvo quando em diligência externa.

Parágrafo único. Aos sábados, não haverá expediente forense.

Art. 136 — As normas do artigo anterior e seu parágrafo não se aplicam aos Juízes de Varas de atendimento permanente.

Parágrafo único. O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Corregedor, baixará ato disciplinando o funcionamento dessas Varas e Ofícios.

LIVRO III

Dos Auxiliares da Justiça

TÍTULO I

Dos Serventuários e Dos Funcionários da Justiça

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições Preliminares

Art. 137 — Os serviços auxiliares do Poder Judiciário são desempenhados por servidores, com a denominação específica de:

- I. Serventuários da Justiça.
- II. Funcionários da Justiça.

Art. 138 — Os serventuários são os titulares de Ofícios de Justiça, que se distinguem em duas categorias:

- I. Do foro judicial:
 - a) as Escrivanias do Cível;
 - b) as Escrivanias do Crime;
 - c) os Ofícios do Distribuidor, do Contador, do Partidor, Avaliador e Depositário Público.
- II. Do foro extrajudicial:
 - a) os Ofícios dos Registros Públicos;
 - b) os Ofícios de Protestos de Títulos;
 - c) os Tabelionatos de Notas;
 - d) as Escrivanias Distritais.

§ 1.º — Os previstos na alínea "c" do inciso I, deste artigo, poderão funcionar anexados um ao outro, no interesse da Justiça.

§ 2.^o — Os ofícios dos Registros Públicos são:

- a) Registro Civil das Pessoas Naturais;
- b) Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- c) Registro de Títulos e Documentos;
- d) Registro de Imóveis.

§ 3.^o — Os ofícios previstos na alínea "a" do parágrafo anterior, que compreendem os Registros de Nascimento, Casamento e Óbito, poderão funcionar anexados, conforme o interesse da Justiça, ocorrendo o mesmo com o de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e o de Registro de Títulos e Documentos.

§ 4.^o — Os escrivães de Distritos Judiciários, não situados na sede da Comarca, com atribuições do Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, acumularão as funções do Tebelionato de Notas.

Art. 139 — Os Ofícios de Justiça poderão ser desmembrados, anexados a título precário, ou desanexados, tendo em vista a peculiaridade dos serviços forenses e o interesse da Justiça, em consonância com a disposição do artigo 189.

Art. 140 — Os funcionários da Justiça são os servidores que constituem os quadros próprios dos Tribunais de Justiça e de Alçada, distinguindo-se:

- I. Os integrantes das diversas categorias, lotados nas Secretarias dos referidos Tribunais.
- II. Os auxiliares de cartório.
- III. Os oficiais de Justiça.
- IV. Os comissários de vigilância.
- V. Os porteiros de auditórios.
- VI. Os serventes lotados nas Varas.
- VII. Os assistentes sociais.

§ 1.^o — Os funcionários da Justiça são subordinados às normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, no que for aplicável.

§ 2.^o — São, também, auxiliares da Justiça os administradores, os depositários, os intérpretes, os peritos, os tradutores, os leiloeiros e os que participarem de outros atos judiciais, nomeados, eventualmente, para fins especiais.

Art. 141 — Os titulares de Ofícios de Justiça poderão admitir tantos empregados quantos forem necessários ao serviço do cartório, ficando as relações empregatícias respectivas subordinadas à legislação trabalhista.

§ 1.^o — Sob proposta do titular de ofício ao respectivo Juiz de Direito Diretor do Fórum, este poderá juramentar um ou mais empregados para subscrever atos do Ofício, sem alteração de sua situação empregatícia, devendo o candidato preencher os requisitos do artigo 144 e submeter-se a prova de habilitação intelectual, da qual será dispensado se houver concluído o 1.^o grau escolar.

§ 2.^o — Cópia da portaria do Juiz deverá ser encaminhada à Corregedoria da Justiça.

Art. 132 — Nenhum auxiliar da Justiça poderá perceber mensalmente, a qualquer título, importância líquida superior à percebida por Desembargador.

§ 1.^o — O Presidente do Tribunal de Justiça baixará ato dispondo sobre a forma de aplicação do dispositivo.

§ 2.^o — A disposição não atinge aos em exercício efetivo ou aos que, já habilitados em concurso, aguardam nomeação.

TÍTULO II

Do Concurso, da Nomeação e da Posse

CAPÍTULO I

Dos Serventuários da Justiça

Art. 143 — Os serventuários da Justiça serão nomeados, mediante concurso de provas e títulos, por ato do Governador do Estado.

§ 1.^o — O concurso será determinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, em decorrência de solicitação do Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca, após a declaração da vacância.

§ 2.^o — O concurso será presidido pelo Juiz de Direito referido no parágrafo anterior, compondo a Banca Examinadora o representante do Ministério Público competente, ou o que for designado pelo Procurador Geral da Justiça, e advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção ou Sub-Seção do Paraná.

Art. 144 — Para ser admitido ao concurso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

I. Ser brasileiro, estar no exercício dos direitos civis e políticos e quite com o serviço militar.

II. Provar, na data da inscrição, idade mínima de dezoito anos e não maior de quarenta e cinco anos, salvo se for funcionário público.

III. Fazer prova de sanidade física e mental, por meio de laudo fornecido por órgão oficial do Estado, do qual conste a inexistência de moléstia contagiosa ou repugnante, defeito físico ou debilidade mental, que o incompatibilize com a função pública.

IV. Fornecer prova de bons antecedentes, mediante certidões de Escrivanias competentes da jurisdição onde residiu desde a idade de dezoito anos de idade; atestado da Corregedoria da Justiça e das autoridades policiais da residência nos últimos dois anos.

V. Apresentar cédula de identidade, expedida pela repartição estadual.

Parágrafo único. O candidato poderá apresentar outros documentos abônadores de idoneidade moral e intelectual, devendo, ainda, indicar fontes de informações pessoais.

Art. 145 — Não poderá inscrever-se o candidato que for parente até o 3.^o grau, inclusive, do Juiz de Direito, do Juiz Substituto, dos membros do Ministério Público e dos titulares dos Ofícios de Justiça do mesmo Juízo, exceto na Comarca de Curitiba.

Art. 146 — O concurso será válido por dois anos, a contar da aprovação pelo Conselho da Magistratura.

Parágrafo único. Fica isento de prova o candidato já aprovado em concurso anterior da mesma natureza, nos dois últimos anos, contados na forma constante do artigo, considerada, para classificação, a nota obtida.

Art. 147 — O Regimento Interno preverá as formalidades administrativas do concurso, cabendo ao Conselho da Magistratura elaborar o Regulamento respectivo.

CAPÍTULO II

Dos Funcionários das Secretarias dos Tribunais

Art. 148 — Os Tribunais de Justiça e de Alçada, constituídos de quadros próprios, somente admitirão funcionários mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos por lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, segundo o previsto na legislação vigente.

Art. 149 — O concurso obedecerá às normas constantes do Regimento Interno, devendo ser baixado Regulamento próprio pela Comissão de Concursos e Promoções.

Art. 150 — A nomeação caberá aos Presidentes dos Tribunais que determinaram o concurso.

Art. 152 — Para ser admitido ao concurso, o candidato deverá preencher os requisitos constantes do artigo 144, salvo:

I. Provar, na data da inscrição, idade mínima de dezoito anos e não maior de quarenta e cinco anos.

II. Provar habilitação profissional ou técnica, conforme a natureza do concurso.

CAPÍTULO III

Dos Oficiais de Justiça, Porteiros de Auditórios, Auxiliares de Cartório, Comissários de Vigilância e Serventes

Art. 152 — O concurso para esses funcionários obedecerá às normas previstas para os dos serventuários da Justiça, guarda-

das as peculiaridades de cada função.

Art. 143 — O concurso obedecerá às normas constantes do Regimento Interno, devendo ser baixado Regulamento próprio pelo Conselho da Magistratura.

Art. 154 — A nomeação caberá aos Presidentes dos Tribunais que determinarem a realização do concurso.

Art. 155 — Para ser admitido ao concurso, o candidato deverá preencher os requisitos constantes do artigo 159 salvo para os cargos de auxiliar de cartório e servente, cuja idade mínima é de dezoito anos.

CAPÍTULO IV

Da Posse

Art. 156 — Os funcionários das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada tomarão posse perante os Presidentes respectivos, e os demais servidores perante a autoridade que tenha presidido ao respectivo concurso.

Art. 157 — Os serviços competentes das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada manterão fichário apropriado, referente a seus servidores, devendo nele ser anotada toda e qualquer alteração da carreira funcional.

CAPÍTULO V

Disposições Especiais

Art. 158 — Os Regulamentos próprios das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada disciplinarão as atribuições do pessoal respectivo, observando o seguinte:

- I. Descentralização e racionalização dos serviços.
- II. Exercício, em comissão, das funções de chefia.

TÍTULO III

Das Remoções, Promoções e Permutas

CAPÍTULO I

Das Remoções

Art. 159 — A remoção dos titulares de Ofícios, só admitida em Comarcas de igual entrância, far-se-á mediante indicação uninominal pelo órgão Especial do Tribunal de Justiça e por ato do Governador do Estado, e somente no interesse da Justiça, observada a seguinte ordem de preferência:

- I. Os titulares de Ofício de igual natureza, da mesma Comarca.
- II. Os titulares de Ofício de igual natureza, de outras Comarcas.
- III. Os titulares de Ofícios diversos, da mesma Comarca.
- IV. Os titulares de Ofícios diversos, de outras Comarcas.

CAPÍTULO II

Das Promoções

Art. 160 — A promoção para Comarcas de entrância mais elevada far-se-á mediante lista tríplice, quando praticável, organizada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, sempre no interesse da Justiça, e por ato do Governador do Estado, observado o critério de preferência do artigo anterior.

Art. 161 — Vago o Ofício, o Juiz de Direito fará comunicação ao Presidente do Tribunal de Justiça, que determinará à Secretaria a expedição de edital, convocando os interessados à remoção, pelo prazo de vinte dias; se não houver pedido de remoção, abrir-se-á igual prazo para promoção.

§ 1.^o — Os pedidos deverão dar entrada, no prazo previsto, na Secretaria do Tribunal e, reunidos em uma só autuação, serão encaminhados ao Corregedor da Justiça, para parecer.

§ 2.^o — Será excluído o pretendente que houver sofrido pena disciplinar, salvo se decorrido mais de um ano da data da punição.

Art. 162 — O Corregedor relatará o processo em sessão secreta do Órgão Especial, decidindo-se, em seguida, quanto à indicação ou não dos pretendentes.

Art. 163 — A remoção ou a promoção só poderão ser

pleiteadas após dois anos de efetivo exercício do cargo.

Parágrafo único. Não havendo pedido de remoção ou promoção, abrir-se-á concurso.

CAPÍTULO III

Das Permutas

Art. 164 — A permuta, só admitida em Ofícios de igual natureza, em Comarcas da mesma entrância, condicionada também ao interesse da Justiça, dar-se-á por ato do Governador do Estado.

§ 1.^o — O pedido, feito em conjunto deverá ser instruído com relatório circunstanciado do movimento dos Ofícios em permuta, nos últimos dois anos.

§ 2.^o — O Presidente do Tribunal encaminhará o processo ao Corregedor da Justiça, que o relatará perante o Órgão Especial, e este decidirá sobre o deferimento ou não do pedido.

§ 3.^o — A permuta só poderá ser pleiteada após dois anos de efetivo exercício do cargo.

Art. 165 — Os oficiais de Justiça, porteiros de auditório, comissários de vigilância, igualmente, poderão obter remoção, permuta e promoção, conforme a hipótese, para cargos de igual natureza, da mesma Comarca ou em diversa da que servir, mediante ato do Presidente do Tribunal, ouvido o Corregedor da Justiça.

Parágrafo único. O pedido deverá dar entrada na Secretaria do Tribunal de Justiça, no prazo de vinte dias da vacância; concedida a remoção, prioritária no caso, considerar-se-á prejudicada a promoção.

Art. 166 — A remoção ou a permuta poderão ser concedidas aos oficiais maiores, escreventes e empregados juramentados, mediante concordância do titular ou titulares, conforme o caso.

TÍTULO IV

Dos Serventuários da Justiça

CAPÍTULO ÚNICO

Das Atribuições

Art. 167 — Aos titulares incumbe a chefia dos respectivos Ofícios.

§ 1.^o — Aos Escrivães, em geral, compete a prática, junto às respectivas autoridades judiciárias, de todos os atos privativos previstos em lei, de acordo com os preceitos estabelecidos e nas formas, usos, estilos e costumes seguidos no foro.

§ 2.^o — Ao Distribuidor incumbe, em geral, sob a presidência do Juiz competente, a distribuição regular de todos os processos e atos entre Juizes, Escrivães e titulares de Ofícios de Justiça, observadas as seguintes regras:

I. Estão sujeitos à distribuição, unicamente, os processos e atos pertencentes à competência de dois ou mais Juizes ou de dois ou mais serventuários.

II. É vedado ao Distribuidor reter quaisquer processos e atos destinados à distribuição, a qual deve ser feita em ato contínuo e em ordem rigorosamente sucessiva, à proporção que lhe forem apresentados.

III. No caso de incompatibilidade ou suspeição daquele a quem for distribuído algum processo ou ato, em tempo se lhe fará a compensação.

IV. Distribuir-se-ão, por dependência, os feitos de qualquer natureza, que se relacionarem com outros já distribuídos e ajuizados.

V. Quanto às escrituras, é permitido às partes indicarem o Tabelião de sua preferência, mas nenhuma será lavrada sem que nela seja transcrito o bilhete de distribuição.

VI. Quanto aos ofícios de Registro de Imóveis, a distribuição especificará as respectivas competências, de acordo com a divisão circunstancial da Comarca.

VII. Os atos e processos que não estiverem sujeitos à distribuição, por não pertencerem à competência de dois ou

mais Juízes ou de dois ou mais serventuários, serão, não obstante, prévia e obrigatoriamente registrados pelo Distribuidor em livros especiais.

VIII. Nos Distritos, esses registros serão feitos pelo Escrivão de Paz, em livro especial.

§ 3.º — Aos Contadores incumbe:

I. Contar, em todos os feitos, antes da sentença ou qualquer despacho definitivo, e mediante ordem do Juiz, emolumentos, custas e salários, de acordo com o Regimento respectivo.

II. Proceder à contagem do principal e juros, nas ações referentes à dívida em quantia certa, e nos cálculos aritméticos, que se fizerem necessários, sobre qualquer direito ou obrigação.

III. Fazer o cálculo para pagamento de impostos.

IV. Cumprir, sob pena de responsabilidade, as disposições legais sobre recolhimento de importâncias devidas à Associação dos Magistrados e ao Instituto e Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná.

§ 4.º — Aos Partidores compete organizar as parti-lhas judiciais.

§ 5.º — Incumbe aos Depositários Públicos ter sob sua guarda direta e inteira segurança, com obrigação legal de os restituírem na oportunidade própria, os bens corpóreos apreendidos judicialmente, salvo os que forem confiados a depositários particulares.

§ 6.º — Aos Avaliadores Judiciais compete, por distribuição, nas Comarcas em que houver mais de um, fixar, em laudo, o valor dos bens, rendimentos, direitos ou ações, segundo as determinações do respectivo mandado.

§ 7.º — Aos Oficiais dos Registros de Pessoas Naturais e aos de Imóveis, aos de Títulos e Documentos e aos Oficiais de Protestos incumbem as atribuições inerentes ao respectivo Ofício, segundo as disposições legais, observados quanto aos dois primeiros os limites circunscricionais.

TÍTULO V

De Outros Auxiliares da Justiça

CAPÍTULO ÚNICO

Das Atribuições

Art. 168 — Aos Oficiais de Justiça incumbe:

I. Fazer citações, arrestos, penhoras e demais diligências que lhes forem cometidas.

II. Lavrar autos e certidões referentes aos atos que praticaram.

III. Convocar pessoas idôneas, que testemunhem atos de sua função, quando a lei o exigir.

IV. Exercer, onde não houver, as funções de Porteiro de Auditório, mediante designação do Juiz.

V. Exercer, cumulativamente, quaisquer outras funções previstas neste Código e dar cumprimento às ordens emanadas do Juiz, pertinentes ao serviço público judiciário.

Art. 169 — Aos Porteiros de Auditório incumbe:

I. Apregoar e fazer a chamada das partes e testemunhas.

II. Apregoar os bens, nas praças e leilões judiciais.

III. Passar certidões de pregões, editais, praças, arrematações ou de quaisquer outros atos que praticarem.

Art. 170 — Compete aos Comissários de Vigilância:

I. Exercer vigilância sobre os menores em geral, fiscalizando a execução das leis de assistência e proteção que lhes digam respeito.

II. Proceder às investigações relativas aos menores, seus pais, tutores ou encarregados de sua guarda, com o fim de esclarecer a ação da justiça social.

III. Cumprir as determinações e instruções do Juiz.

IV. Apreender menores abandonados ou delinquentes, procedendo, a respeito deles, às investigações referidas no

inciso II deste artigo.

V. Manter o serviço de fiscalização de menores sujeitos à liberdade vigiada ou entregues mediante termo de responsabilidade e guarda.

VI. Auxiliar o preparo dos processos relativos a menores, promovendo as medidas preliminares de instrução, tais como exames de idade ou de corpo de delito, declarações de pais, tutores ou responsáveis, e demais pessoas que possam prestar quaisquer esclarecimentos.

VII. Exercer vigilância sobre os menores nas ruas, praças, logradouros públicos, cinemas, teatros e casas de diversões públicas em geral.

VIII. Proceder a todas as investigações concernentes aos menores, ao meio em que vivem e às pessoas que os cercam.

IX. Visitar as pessoas da família de menores, para investigações dos antecedentes destes, pessoais ou hereditários.

Art. 171 — Os Auxiliares de Cartório desempenharão serviços compatíveis com as funções, sob a responsabilidade do titular respectivo.

Art. 172 — A expedição de certidões, pelas repartições cartorárias ou pelas seções competentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada, não poderá ultrapassar o prazo de quarenta e oito horas, sob pena de responsabilidade do respectivo serventuário ou chefe de divisão, salvo caso de comprovado e razoável acúmulo de serviço, em que os Presidentes dos Tribunais respectivos, o Corregedor ou o Juiz competente conforme o caso, marcarão prazo para o devido atendimento.

TÍTULO VI

Dos Vencimentos, das Ajudas de Custo e das Diárias, das Licenças e das Férias

CAPÍTULO I

Dos Vencimentos

Art. 173 — Os vencimentos dos servidores da Justiça serão fixados em lei, observados os princípios constitucionais.

CAPÍTULO II

Das Ajudas de Custo e das Diárias

Art. 174 — Aos auxiliares da Justiça serão devidas ajudas de custo e diárias, na mesma forma que as previstas aos magistrados, no que for aplicável.

Art. 175 — A prestação de contas das despesas efetuadas, conforme estabelecem os parágrafos do artigo 83, será feita ao funcionário que efetuou o adiantamento.

CAPÍTULO III

Das Licenças

Art. 176 — A licença para tratamento de saúde será concedida, até trinta dias, mediante atestado de médico oficial ou não e, por tempo maior, através de laudo de junta médica nomeada pelo Presidente do Tribunal, não podendo, na primeira hipótese, exceder noventa dias em cada ano.

Parágrafo único. Aplicam-se, nos demais casos, as disposições referentes aos magistrados.

CAPÍTULO IV

Das Férias

Art. 177 — Os auxiliares da Justiça gozarão de férias, de acordo com as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, mediante escala organizada, no princípio de cada ano, pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum ou chefe de serviço a que estiverem subordinados, com comunicação ao Presidente do Tribunal e Corregedor da Justiça.

Art. 178 — As férias não gozadas no tempo próprio, por motivo de serviço eleitoral ou imperiosa necessidade da administração, serão restituídas em período igual ou, no caso de impossibilidade, mediante requerimento, contados os dias respectivos, em dobro, para todos os efeitos legais.

TÍTULO VII
Das Substituições
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 179 — Os titulares de Ofício serão substituídos, eventualmente, pelos respectivos oficiais maiores remanescentes e, na falta destes, pelo auxiliar de cartório, desde que juramentado, ou pelo empregado juramentado, ou por outro titular de Ofício, da mesma Comarca, designado pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum.

Parágrafo único. Nos casos de vacância de Ofício, o Juiz de Direito Diretor do Fórum procederá na forma prevista neste artigo, observando, de imediato, o disposto no artigo 161.

Art. 180 — A substituição dos servidores dos Tribunais de Justiça e de Alçada far-se-á de acordo com os regulamentos respectivos.

TÍTULO VIII
Das Incompatibilidades, dos Impedimentos e das Suspeições
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 181 — As incompatibilidades dos auxiliares da Justiça regulam-se pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Os impedimentos e suspeições são os mesmos previstos para os magistrados, observadas as normas dos artigos 104 e 106 deste Código.

TÍTULO IX
Da Aposentadoria
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 182 — A aposentadoria dos serventuários não remunerados pelos cofres públicos obedecerá a legislação especial; a dos remunerados, às normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, processando-se ambas na Secretaria do Tribunal de Justiça, e efetivando-se por decreto do Governador do Estado.

Art. 183 — Os processos de aposentadoria dos funcionários da Justiça correrão, obedecidas as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, nas Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, efetivando-se mediante decreto de seus Presidentes.

TÍTULO X
Dos Direitos e das Garantias
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 184 — Os Ofícios de Justiça, respeitadas os direitos adquiridos (artigo 194 da Constituição Federal), não serão providos a título de propriedade, não se considerando como tal a competência de atribuições, as quais poderão ser desmembradas ou desanexadas, conforme dispõe o artigo 139.

Art. 185 — Os direitos e garantias dos auxiliares da Justiça, além dos previstos neste Código, são os constantes do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

TÍTULO XI
Dos Deveres e das Sanções
CAPÍTULO I
Dos Deveres

Art. 186 — Os auxiliares da Justiça deverão exercer com dignidade e compostura suas funções, obedecendo as ordens de seus superiores e cumprindo as disposições legais a que estiverem sujeitos.

Art. 187 — Os servidores referidos no artigo anterior terão domicílio e residência obrigatórios na sede da Comarca ou no Distrito em que exercerem suas funções e, em se tratando de titulares de Ofício, deverão permanecer, efetivamente, à frente dos respectivos cartórios, salvo afastamento previamente autorizado, conforme o caso, pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum ou pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO II
Das Sanções

Art. 188 — Os auxiliares da Justiça, pelas faltas cometidas no exercício de suas funções, ficarão sujeitos às seguintes penas disciplinares:

I. Advertência, verbalmente ou por escrito, em caso de negligência.

II. Censura, por escrito, em ofício ou nos autos, em caso de desobediência, descumprimento dos deveres, reincidência em falta que tenha resultado em aplicação de advertência.

III. Suspensão, em caso de infração às proibições, reincidência em falta que tenha resultado em aplicação de pena de censura.

IV. Demissão, aplicada nos casos de:

- a) crime contra a administração pública;
- b) abandono do cargo;
- c) incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos e embriaguez habitual;
- d) ofensa física, em serviço, contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa;
- e) insubordinação grave em serviço;
- f) aplicação irregular de dinheiros públicos;
- g) revelação de segredo que conheça em razão do cargo ou função;
- h) corrupção passiva nos termos da lei penal;
- i) transgressão a proibição legal, quando de natureza grave e se comprovada a má fé.

§ 1.º — A pena de suspensão poderá ser, quando houver conveniência para o serviço, convertida em multa, na base e cinquenta por cento do a que no período imposto fizer jus o servidor, obrigado, nesse caso, a permanecer no serviço.

§ 2.º — Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de trinta dias.

§ 3.º — Será passível de pena de demissão o auxiliar que, sem causa justificada, faltar ao serviço sessenta dias, interpoladamente, durante o ano.

§ 4.º — O auxiliar suspenso perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

Art. 189 — Das penas de advertência, censura e suspensão até trinta dias, que poderão ser aplicadas independentemente de processo, caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias, para o Conselho da Magistratura, devendo o recorrente remeter à autoridade que aplicou a punição cópia das respectivas razões, no prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único. As penalidades previstas no artigo supra serão impostas pelo Corregedor ou pelos Juizes perante os quais servirem ou a quem estiverem subordinados, de ofício, ou mediante representação de qualquer parte interessada.

Art. 190 — Nos casos de falta grave, de notória incontinência de conduta ou de reincidência em falta que tenha resultado em pena de suspensão, será aberto processo administrativo, por ato de ofício ou em face de representação de qualquer parte interessada.

§ 1.º — O processo será instaurado e relatado pelo Corregedor da Justiça, e julgado pelo Conselho da Magistratura, cabendo recurso voluntário, com efeito suspensivo, dentro do prazo de dez dias, para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

§ 2.º — O Conselho da Magistratura poderá aplicar qualquer das penalidades previstas neste capítulo; no caso de suspensão, que poderá ser até cento e oitenta dias, o auxiliar perderá totalmente, vencimentos e vantagens correspondentes ao cargo.

§ 3.º — Se a pena imposta for a de demissão, a decisão será remetida à autoridade competente para o ato; ao Governador do Estado, quando se tratar de serventuário; aos Presidentes dos Tribunais a que pertencerem os funcionários.

Art. 191 — A demissão somente será aplicada ao auxiliar:

- I. Vitalício, em virtude de sentença judiciária.
- II. Estável, na hipótese do número anterior ou mediante processo administrativo, assegurada ampla defesa.

Art. 192 — Os funcionários sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho serão punidos de acordo com tais disposições.

Art. 193 — Os funcionários das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada serão punidos mediante ato dos Presidentes de tais órgãos, conforme dispuserem os Regimentos Internos próprios.

Art. 194 — Qualquer penalidade imposta será comunicada ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Corregedor da Justiça.

Art. 195 — Aos oficiais maiores e escreventes juramentados, com direitos assegurados pelo artigo 200 da Resolução Normativa n.º 1/70, aplicam-se as disposições previstas neste título.

Art. 196 — Havendo responsabilidade criminal a ser apurada, remeter-se-ão as peças necessárias ao Procurador Geral da Justiça.

Parágrafo único. Os auxiliares da Justiça ficarão suspensos de seus cargos, quando denunciados ou condenados.

Art. 197 — O Regimento Interno disciplinará a forma do processo administrativo.

TÍTULO XII

Das Vestes, do Expediente e do Horário

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 198 — Nos atos solenes da Justiça e nas audiências cíveis e criminais, é obrigatório o uso de vestes, conforme modelo aprovado.

Art. 199 — O expediente dos Ófícios de Justiça, do foro judicial e extrajudicial, será, nos dias úteis, das oito e trinta às onze horas e das treze às dezessete horas. Aos sábados não haverá expediente forense.

Art. 200 — As normas do artigo anterior não se aplicam ao serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, nem aos Ófícios de Varas de atendimento permanente.

LIVRO IV

Da Divisão Judiciária

TÍTULO I

Da Divisão Judiciária

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 201 — O território do Estado constitui circunscrição única, dividindo-se, para efeito da administração da Justiça, em Seções Judiciárias, Comarcas, Municípios e Distritos.

§ 1.º — Cada Comarca, constituída de um ou mais Municípios e Distritos, terá a denominação do Município que lhe servir de sede, podendo compreender uma ou mais Varas.

§ 2.º — As Seções Judiciárias serão integradas por grupos de Comarcas ou Varas, com sede na citada em primeiro lugar.

Art. 202 — Em caso de necessidade ou relevante interesse público, mediante aprovação do Tribunal de Justiça e ato de seu Presidente, poderá ser transferida, provisoriamente, a sede da Comarca.

Artigo 203 — Haverá na direção do foro de cada Comarca um livro especial, para registro de sua instalação, posse e afastamento definitivo de Juízes, bem como de outros atos relativos ao histórico da vida judiciária, enviando-se cópia desses lançamentos ao Tribunal de Justiça e Corregedoria da Justiça.

CAPÍTULO II

Da Criação e Instalação das Comarcas, Varas e Distritos

Art. 204 — A criação de Comarca depende da existência

dos seguintes requisitos:

- I. Cidade: sede de Município.
- II. População: não inferior a trinta e cinco mil habitantes, com um mínimo de dez mil eleitores, na área prevista para a Comarca.
- III. Volume de serviço forense equivalente, no mínimo, ao de outras Comarcas da mesma categoria;
- IV. Renda tributária significativa do desenvolvimento econômico da região, não podendo ser inferior ao mínimo exigido para a criação de Municípios no Estado.

§ 1.º Os índices estatísticos referidos neste artigo poderão ser, em caráter excepcional, dispensados, se a distância e a dificuldade de acesso à sede da Comarca de origem aconselharem a criação de nova unidade judiciária.

§ 2.º — A Comarca poderá ser extinta quando deixarem de existir os requisitos deste artigo, salvo verificada a hipótese do parágrafo anterior.

§ 3.º — Para a criação de Varas, observar-se-ão os requisitos deste artigo, no que couber.

Art. 205 — A instalação de Comarca será feita em audiência pública, com as solenidades tradicionais, depois de verificadas as seguintes condições:

- I. Prédios apropriados para:
 - a) todas as necessidades dos serviços forenses tais como instalações para o Fórum, cadeia pública, com a devida segurança e em condições de regularidade do regime de prisão provisória;
 - b) residência condigna do Juiz de Direito e do Promotor da Justiça;
- II. Provimento de todos os cargos judiciais.

§ 1.º — Presidirá à audiência de instalação o Presidente do Tribunal de Justiça ou Desembargador especialmente designado.

§ 2.º — Do termo lavrado na ocasião, remeter-se-ão cópias autenticadas ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Tribunal Regional Eleitoral, Governo do Estado, Assembléia Legislativa, Procuradoria Geral da Justiça e Justiça Federal do Estado.

§ 3.º — O Município interessado na criação da Comarca poderá concorrer com meios próprios para a facilitação das condições do inciso I.

Art. 206 — Distribuídos mais de oitocentos processos cíveis, não computados nesse número as execuções fiscais, os alvarás e as precatórias, ou trezentas ações penais, no ano imediatamente anterior, o Juiz da Comarca ou da Vara respectiva dará conta do ocorrido à Corregedoria da Justiça, para as providências necessárias à criação de nova Comarca ou Vara, observado, no que diz respeito àquela, o disposto no artigo 203.

Parágrafo único. No caso de Comarca com uma só Vara, computar-se-á a soma das ações penais com as cíveis para efeito de comunicação.

Art. 207 — Para criação de Distrito Judiciário, ressalvado o previsto no parágrafo 1.º, do artigo 203, exige-se a preexistência de Distrito Administrativo, população não inferior a oito mil habitantes e colégio eleitoral mínimo de dois mil eleitores.

Parágrafo único. Os Distritos serão instalados pelo Juiz de Direito da Comarca ou pelo que for designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

TÍTULO II

Da Prestação Jurisdicional

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 208 — A prestação jurisdicional no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias, segundo a competência prevista neste Código:

1. 26 Desembargadores.

- II. 16 Juizes do Tribunal de Alçada.
- III. 60 Juizes de Direito de entrância final, sendo:
 - a) 43 titulares de Varas;
 - b) 17 Juizes de Direitos Substitutos.
- IV. 1 Juiz Auditor da Justiça Militar.
- V. 109 Juizes de Direito de entrância intermediária.
- VI. 14 Juizes de Direito Auxiliares de entrância intermediária.
- VII. 85 Juizes de Direito de entrância inicial.
- VIII. 44 Juizes Substitutos.
- IX. 491 Juizes de Paz.

TÍTULO III

Da Classificação das Comarcas, das Seções Judiciárias e dos Distritos Judiciários

CAPÍTULO I

Da Classificação das Comarcas

Art. 109 — As Comarcas, segundo a importância do movimento forense, densidade demográfica, situação geográfica, posição como sede de Seção Judiciária, são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final, reservada esta para a de Curitiba.

Parágrafo único — Essas Comarcas se agrupam em cinquenta e nove (59) Seções Judiciárias, integradas por quatrocentos e noventa e um (491) Distritos.

Art. 210 — É a seguinte a classificação das Comarcas:

I. De entrância final: Curitiba.

II. De entrância intermediária: 1) Apucarana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Campo Largo; 9) Campo Mourão; 10) Cascavel; 11) Castro; 12) Cianorte; 13) Cornélio Procópio; 14) Cruzeiro do Oeste; 15) Foz do Iguaçu; 16) Francisco Beltrão; 17) Goioerê; 18) Guaíra; 19) Guarapuava; 20) Irati; 21) Ivaiporã; 22) Jacarezinho; 23) Lapa; 24) Laranjeiras do Sul; 25) Loanda; 26) Londrina; 27) Maringá; 28) Nova Esperança; 29) Palmas; 30) Paranaguá; 31) Paranaíba; 32) Pato Branco; 33) Peabiru; 34) Ponta Grossa; 35) Rio Negro; 36) Rolândia; 37) Santo Antônio da Platina; 38) Santo Antônio do Sudoeste; 39) São José dos Pinhais; 40) Telêmaco Borba; 41) Toledo; 42) Umuarama; 43) União da Vitória; e 44) Wenceslau Braz.

III. De entrância inicial: 1) Altônia; 2) Alto Paraná; 3) Alto Piquiri; 4) Andará; 5) Antonina; 6) Assaí; 7) Barbosa Ferraz; 8) Barracão; 9) Bocaiúva do Sul; 10) Cambará; 11) Cambé; 12) Cândido de Abreu; 13) Capanema; 14) Carlópolis; 15) Cerro Azul; 16) Chopinzinho; 17) Cidade Gaúcha; 18) Clevelândia; 19) Clombo; 20) Colorado; 21) Congonhinhas; 22) Corbélia; 23) Coronel Vivida; 24) Curiúva; 25) Dois Vizinhos; 26) Engenheiro Beltrão; 27) Faxinal; 28) Formosa do Oeste; 29) Grandes Rios; 30) Guaraniaçu; 31) Ibaiti; 32) Ibioporã; 33) Imbituva; 34) Ipiranga; 35) Iporã; 36) Jaguapitã; 37) Jangariaíva; 38) Jandaia do Sul; 39) Joaquim Távora; 40) Mallet; 41) Mandaguaçu; 42) Mandaguari; 43) Marechal Cândido Rondon; 44) Marialva; 45) Marilândia do Sul; 46) Matelândia; 47) Medianeira; 48) Morretes; 49) Nova Fátima; 50) Nova Londrina; 51) Palmeira; 52) Palmital; 53) Palotina; 54) Paraíso do Norte; 55) Paranacity; 56) Pérola; 57) Piraí do Sul; 58) Pitanga; 59) Porecatu; 60) Primeiro de Maio; 61) Prudentópolis; 62) Realeza; 63) Reboças; 64) Reserva; 65) Ribeirão Claro; 66) Ribeirão do Pinhal; 67) Santa Helena; 68) Santa Isabel do Ivaí; 69) Santa Mariana; 70) São Jerônimo da Serra; 71) São João do Ivaí; 72) São João do Triunfo; 73) São Mateus do Sul; 74) São Miguel do Iguaçu; 75) Sengés; 76) Sertãozinho; 77) Siqueira Campos; 78) Teixeira Soares; 79) Terra Rica; 80) Terra Roxa do Oeste; 81) Tibagi; 82) Tomazina; 83) Ubatuba; 84) Uraí; e 85) Xambê.

CAPÍTULO II

Das Seções Judiciárias

Art. 211 — São as seguintes as Seções Judiciárias:

- 1.a) Comarca de Curitiba: 1.a, 2.a, 5.a e 7.a Varas Cíveis;
- 2.a) Comarca de Curitiba: 3.a, 4.a, 6.a e 8.a Varas Cíveis;
- 3.a) Comarca de Curitiba: 9.a, 10.a, 11.a e 12.a Varas Cíveis;
- 4.a) Comarca de Curitiba: 13.a, 14.a, 15.a e 16.a Varas Cíveis;
- 5.a) Comarca de Curitiba: 17.a, 18.a Varas Cíveis, Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Auditoria da Justiça Militar;
- 6.a) Comarca de Curitiba: 1.a e 3.a Varas de Família;
- 7.a) Comarca de Curitiba: 2.a e 4.a Varas de Família;
- 8.a) Comarca de Curitiba: 1.a e 3.a Varas da Fazenda Pública, Falência e Concordatas;
- 9.a) Comarca de Curitiba: 2.a e 4.a Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;
- 10.a) Comarca de Curitiba: 1.a, 2.a e 3.a Varas Criminais e Vara do Tribunal do Júri;
- 11.a) Comarca de Curitiba: 4.a, 5.a, 6.a e 7.a Varas Criminais;
- 12.a) Comarca de Curitiba: 8.a, 9.a, 10.a e 11.a Varas Criminais e Vara das Execuções Penais;
- 13.a) Comarca de Curitiba: 1.a Vara dos Delitos de Trânsito;
- 14.a) Comarca de Curitiba: 2.a Vara dos Delitos de Trânsito;
- 15.a) Comarca de Curitiba: Vara de Menores;
- 16.a) Comarca de Londrina: Varas Cíveis;
- 17.a) Comarca de Londrina: Varas Criminais, Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, e Comarca de Assaí;
- 18.a) Comarca de Maringá: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;
- 19.a) Comarca de Maringá: Varas Criminais, e Comarcas de Mandaguari e Marialva;
- 20.a) Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;
- 21.a) Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais, e Comarcas de Imbituva, Ipiranga e Teixeira Soares;
- 22.a) Comarca de Cascavel: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;
- 23.a) Comarca de Cascavel: Varas Criminais, e Comarcas de Corbélia e Ubatuba;
- 24.a) Comarca de Campo Mourão;
- 25.a) Comarca de Umuarama;
- 26.a) Comarcas de Guarapuava, Palmital e Pitanga;
- 27.a) Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul e Marilândia do Sul;
- 28.a) Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Peabiru;
- 29.a) Comarcas de Foz do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu;
- 30.a) Comarcas de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos;
- 31.a) Comarcas de Paranaguá, Antonina e Morretes;
- 32.a) Comarcas de Paranaíba, Paraíso do Norte e Terra Rica;
- 33.a) Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho e Coronel Vivida;
- 34.a) Comarcas de Arapongas, Astorga e Colorado;
- 35.a) Comarcas de Araucária, Rio Negro e Mallet;
- 36.a) Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Palotina;
- 37.a) Comarcas de Cornélio Procópio, Congonhinhas, Nova Fátima, São Jerônimo da Serra e Uraí;
- 38.a) Comarcas de Cruzeiro do Oeste e Cidade Gaúcha;
- 39.a) Comarcas de Guaíra, Altônia, Pérola e Xambê;
- 40.a) Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;

- 41.a) Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;
- 42.a) Comarcas de Laranjeiras do Sul e Guaraniaçu;
- 43.a) Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã e Porecatu;
- 44.a) Comarcas de São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul e Cerro Azul;
- 45.a) Comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Terra Roxa do Oeste;
- 46.a) Comarcas de União da Vitória, Clevelândia e Palmas;
- 47.a) Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;
- 48.a) Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ipirorã, Primeiro de Maio e Sertãoópolis;
- 49.a) Comarcas de Campo Largo, Colombo e Palmeira;
- 50.a) Comarcas de Castro, Curiúva, Ibaiti e Piraí do Sul;
- 51.a) Comarcas de Goioerê, Alto Piquiri e Iporã;
- 52.a) Comarcas de Irati, Prudentópolis e Rebouças;
- 53.a) Comarcas de Lapa, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;
- 54.a) Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Isabel do Ivaí;
- 55.a) Comarcas de Nova Esperança, Alto Paraná, Mandaguçu e Paranacity;
- 56.a) Comarcas de Santo Antônio da Platina, Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal;
- 57.a) Comarcas de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Capanema e Realeza;
- 58.a) Comarcas de Telêmaco Borba, Cândido de Abreu, Reserva e Tibagi; e,
- 59.a) Comarcas de Wenceslau Braz, Jaguariaíva, Sengés, Siqueira Campos e Tomazina.

CAPÍTULO III

Dos Distritos Judiciários

Art. 212 — As Comarcas e seus Distritos são os seguintes:

- 1) ALTÔNIA: compreendendo o Distrito da sede;
- 2) ALTO PARANÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Maria e Maristela (Município de Alto Paraná), de Santo Antônio do Caiuá e de São João do Caiuá (Municípios do mesmo nome);
- 3) ALTO PIQUIRI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Brasilândia, Paulistânia, Mirante do Piquiri e Saltinho do Oeste (Município de Alto Piquiri);
- 4) ANDIRÁ: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itambaracá (Município do mesmo nome);
- 5) ANTONINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraqueçaba e Arapira (Município de Guaraqueçaba);
- 6) APUCARANA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pirapó e São Pedro (Município de Apucarana); de Cambira e Itacolomi (Município de Cambira);
- 7) ARAPONGAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sabaúdia e Bom Progresso (Município de Sabaúdia);
- 8) ARAUCÁRIA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guajuvira (Município de Araucária);
- 9) ASSAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova América da Colina e São Sebastião da Amoreira (Municípios do mesmo nome);
- 10) ASSIS CHATEAUBRIAND: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Tupãssi e Bragantina (Município de Assis Chateaubriand);
- 11) ASTORGA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Zélia, Içara e Tupinambá (Município de Astorga), de Munhoz de Mello e Fenão Dias (Município de Munhoz de Mello), de Iguaraçu e de Ângeulo (Município de Iguaraçu), de Santa Fé e Flórida (Municípios do mesmo nome);

- 12) BANDEIRANTES: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nossa Senhora da Candelária (Município de Bandeirantes) e de Santa Amélia (Município do mesmo nome);
- 13) BARBOSA FERRAZ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ourilândia, Pocinho, Teresa Breda e Corumbataí do Corumbataí do Sul (Município de Barbosa Ferraz);
- 14) BARRACÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Salgado Filho, São Sebastião da Bela Vista e Flor da Serra (Município de Salgado Filho);
- 15) BELA VISTA DO PARAÍSO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Margarida (Município de Bela Vista do Paraíso), de Alvorada do Sul e Esperança do Norte (Município de Alvorada do Sul);
- 16) BOCAIUVA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquês de Abrantes (Município de Bocaiuva do Sul) e de Adrianópolis (Município do mesmo nome);
- 17) CAMBARÁ: compreendendo o Distrito da sede;
- 18) CAMBÉ: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Prata (Município de Cambé);
- 19) CAMPO LARGO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Três Córregos e Bateias (Município de Campo Largo), de Balsa Nova e São Luís do Purunã (Município de Balsa Nova);
- 20) CAMPO MOURÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Farol, Piquirivai e Lousiana (Município de Campo Mourão), de Mamburê e Juranda (Município de Mamburê), de Janiópolis e Arapuã (Município de Janiópolis), Iretama, Roncador e Boa Esperança (Municípios do mesmo nome);
- 21) CÂNDIDO DE ABREU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Teresa Cristina e Três Bicos (Município de Cândido de Abreu);
- 22) CAPANEMA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luís, Alto Faraday e Cristo Rei (Município de Capanema), de Pérola d'Oeste, Bela Vista e Conciolândia (Município de Pérola d'Oeste), de Planalto, Centro Novo e Valério (Município de Planalto);
- 23) CARLÓPOLIS: compreendendo o Distrito da sede;
- 24) CASCAVEL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cafelândia d'Oeste e Santa Teresa (Município de Cascavel), de Catanduvas, Ibema e Três Barras (Município de Catanduvas), de Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida (Município de Capitão Leônidas Marques);
- 25) CASTRO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Socavão, Abapã e Carambeí (Município de Castro);
- 26) CERRO AZUL: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Varzeão (Município de Cerro Azul);
- 27) CHOPINZINHO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luís d'Oeste, São Francisco Sede Sulina e Saudades (Município de Chopinzinho), de São Jorge d'Oeste, Dr. Antônio Paranhos, Iolópolis e Sede Nova Santana (Município de São Jorge d'Oeste), de São João, Vila Paraíso, Dois Irmãos e Nova Lourdes (Município de São João);
- 28) CIANORTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Lourenço (Município de Cianorte), de Indianópolis e São Manoel (Município de Indianópolis), de Juçara, São Tomé e Japurá (Municípios do mesmo nome);
- 29) CIDADE GAÚCHA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Rondon e Bernardelli (Município de Rondon), de Guaporema, Tapira e Nova Olímpia (Municípios do mesmo nome);
- 30) CLEVELÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luís e Cel. Firmino Martins (Município de Clevelândia) e de Mariópolis (Município do mesmo nome);
- 31) COLOMBO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraituba (Município de Colombo), de Almi-

rante Tamandaré, Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré);

32) COLORADO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Alegre (Município de Colorado), de Nossa Senhora das Graças e Mendeslândia (Município de Nossa Senhora das Graças), de Itaguajá, Lobato, Santa Inês e de Santo Inácio (Municípios do mesmo nome);

33) CONGONHINHAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Francisco do Imbaú (Município de Congonhinhas), de Santo Antônio do Paraíso e São Judas Tadeu (Município de Santo Antônio do Paraíso);

34) CORBÉLIA: compreendendo o Distrito da sede;

35) CORNÉLIO PROCÓPIO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Congonhas (Município de Cornélio Procópio), Leopólis e Jandinoópolis (Município de Leopólis) e de Sertaneja (Município do mesmo nome);

36) CORONEL VIVIDA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Vista Alegre (Município de Coronel Vivida), de Mangueirinha, Covó e Honório Serpa (Município de Mangueirinha);

37) CRUZEIRO DO OESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mariluz e São Luiz (Município de Mariluz), de Tapejara e Bela Vista do Tapiracuí (Município de Tapejara), de Tuneiras do Oeste, Aparecida do Oeste e Marabá (Município de Tuneiras do Oeste);

38) CURITIBA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários do Cajuru, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Umbará, Uberaba, Boqueirão, Campo Comprido, Mercês, Pinheirinho, Bacacheri e Barreirinha (Município de Curitiba), de Campina Grande do Sul e Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), de Quatro Barras e Borda do Campo (Município de Quatro Barras), de Piraquara e Pinhais (Município de Piraquara), de Rio Branco do Sul e Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul);

39) CURIÚVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alecrim e Figueira (Município de Curiúva) e de Sapopema (Município do mesmo nome);

40) DOIS VIZINHOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu (Município de Dois Vizinhos), de Salto do Lontra e Nova Prata (Município de Salto do Lontra);

41) ENGENHEIRO BELTRÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Triângulo, Sertãozinho, Figueira do Oeste, Ivailândia e Sussuí (Município de Engenheiro Beltrão), de Fênix, Bela Vista do Ivaí e Porteira Preta (Município de Fênix) e de Quinta do Sol (Município do mesmo nome);

42) FAXINAL: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Borrazópolis (Município do mesmo nome);

43) FORMOSA DO OESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jesuítas (Município de Formosa do Oeste), de Nova Aurora e Palmitópolis (Municípios do mesmo nome);

44) FOZ DO IGUAÇU: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Teresinha (Município de Foz do Iguaçu);

45) FRANCISCO BELTRÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova Concórdia (Município de Francisco Beltrão), de Enéas Marques, Pinhalzinho, Nova Esperança e Vista Alegre (Município de Enéas Marques), de Renascença, Baulândia e Canela (Município de Renascença) e de Marmeleiro (Município do mesmo nome);

46) GOIOERÊ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaracatiá, Paraná do Oeste e Quarto Centenário (Município de Goioerê) e de Moreira Salles (Município do mesmo nome);

47) GRANDES RIOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ribeirão Bonito e Rio Branco (Municípios de Grandes Rios);

48) GUAÍRA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Dr. Oliveira Castro (Município de Guaíra);

49) GUARAPUAVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquinho, Pinhalzinho, Campina do Simão, Goioxim, Santa Galo, Paz, Carro Quebrado, Turvo, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guará e Jordão (Município de Guarapuava), de Pinhão, Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (Município de Pinhão);

50) GUARANIAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bormann, Diamante, Guaporé e Campo Bonito (Município de Guaraniaçu);

51) IBAITI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Euzébio de Oliveira, Vila Guay, Vassoural e Amorinha (Município de Ibaiti), de Japira e Nova Jardim (Município de Japira) e de Conselheiro Mayrink (Município do mesmo nome);

52) IBIPORÃ: compreendendo o Distrito da sede;

53) IMBITUVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaramiranga e Apiabá (Município de Imbituva);

54) IPIRANGA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí);

55) IPORÃ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cafezal e Oroite (Município de Iporã), de Francisco Alves e Rio Bonito (Município de Francisco Alves);

56) IRATI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaramirim e Cadeadinho (Município de Irati) e de Inácio Martins (Município do mesmo nome);

57) IVAIPORÃ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Arapuã, Romeópolis, Alto Porã, Ariranha e Jacutinga (Município de Ivaiporã), de Jardim Alegre e Ubá do Sul (Município de Jardim Alegre), de Manoel Ribas e Barra de Santa Salete (Município de Manoel Ribas);

58) JACAREZINHO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Barra do Jacaré (Município do mesmo nome);

59) JAGUAPITÃ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraci e Bentópolis (Município de Guaraci) e de Cafeara (Município do mesmo nome);

60) JAGUARIAÍVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Eduardo Xavier da Silva (Município de Jaguariaíva), de Arapoti, Calógeras e Caratua (Município de Arapoti);

61) JANDAIA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São José (Município de Jandaia do Sul), de Caloré e Juciara (Município de Caloré), de Bom Sucesso, Marumbi e São Pedro do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

62) JOAQUIM TÁVORA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Joá e São Roque do Pinhal (Município de Joaquim Távora), de Quatiguá e Guapirama (Municípios do mesmo nome);

63) LAPA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Água Azul (Município da Lapa), de Contenda e Catanduvas do Sul (Município de Contenda) e de Antônio Olineto (Município do mesmo nome);

64) LARANJEIRAS DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Herveira, Vila Nova Laranjeiras, Virmond, Rio Bonito, Barreirinho, Rio da Prata, Porto Santana e Guarani da Estratégica (Município de Laranjeiras do Sul), de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto (Município de Quedas do Iguaçu);

65) LOANDA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Pedro do Paraná e Porto São José (Município de São Pedro do Paraná), de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo e Porto Rico (Municípios do mesmo nome);

66) LONDRINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luís, Tamarana, Maravinha e Warta (Município de Londrina);

67) MALLET: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Dorizon e Rio Claro do Sul (Município de Mallet);

de Paulo Frontin e Vera Guarani (Município de Paulo Frontin);

68) MANDAGUAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pulinópolis (Município de Mandaguçu), de São Jorge e Copacabana do Norte (Município de São Jorge) e de Ourizona (Município do mesmo nome);

69) MANDAGUARI: compreendendo o Distrito da sede;

70) MARECHAL CÂNDIDO RONDON: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Margarida, Porto Mendes, Pato Bragado, Vila Mercedes e Quatro Pontos (Município de Marechal Cândido Rondon);

71) MARIALVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidabã, Sarandi, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapô (Município de Marialva) e de Itambé (Município do mesmo nome);

72) MARILÂNDIA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Rio Bom, Santo Antônio do Palmital (Município de Rio Bom) e de Califórnia (Município do mesmo nome);

73) MARINGÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Iguatemi e Floriano (Município de Maringá), de Paissandu e Água Boa (Município de Paissandu) de Dr. Camargo, Floresta e Ivatuba (Municípios do mesmo nome);

74) MATELÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Céu Azul e Vera Cruz do Oeste (Município de Céu Azul);

75) MEDIANEIRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Flor da Serra, Jardinópolis e Missal (Município de Medianeira);

76) MORRETES: compreendendo o Distrito da sede;

77) NOVA ESPERANÇA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barão de Lucena e Ivaítinga (Município de Nova Esperança), Florai e Nova Bilac (Município de Florai), de Atalaia, Uniflor e Presidente Castelo Branco (Município do mesmo nome);

78) NOVA FÁTIMA: compreendendo o Distrito da sede;

79) NOVA LONDRINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cintra Pimentel (Município de Nova Londrina), Itaúna do Sul, Marilena e Diamante do Norte (Município do mesmo nome);

80) PALMAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Coronel Domingos Soares, Francisco Frederico Teixeira Guimarães, Ubaldo Taques e Padre Ponciano (Município de Palmas);

81) PALMEIRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Papagaios Novos (Município de Palmeira) e de Porto Amazonas (Município do mesmo nome);

82) PALMITAL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Laranjal e Altamira (Município de Palmital);

83) PALOTINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Vila Maripá, São Camilo e Pérola Independente (Município de Palotina);

84) PARAÍSO DO NORTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mirador e São Carlos do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

85) PARANACITY: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Florópolis e Silva Jardim (Município de Paracity), de Inajá, Paranaipoema, Jardim Olinda e Cruzeiro do Sul (Municípios do mesmo nome);

86) PARANAGUÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alexandra (Município de Paranaguá) e de Matinhos (Município do mesmo nome);

87) PARANAVAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Graciosa, Deputado José Afonso, Sumaré (Município de Paranaíba), de Amaporã e Nordestina (Município de Amaporã), de Guairacá, Tamboara e Nova Aliança do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

88) PATO BRANCO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bom Sucesso (Município de Pato Branco), de Verê e Sede Progresso (Município de Verê), de Itapejara d'Oeste e Vitorino (Municípios do mesmo nome);

89) PEABIRU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Terra Boa e Malu (Município de Terra Boa), de Araruna e São Vicente (Município de Araruna);

90) PÉROLA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Boa Esperança (Município de Pérola);

91) PIRAI DO SUL: compreendendo o Distrito da sede;

92) PITANGA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Boa Ventura, Nova Tebas, São José, Santa Maria e Mato Rico (Município de Pitanga);

93) PONTA GROSSA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itaiacoca, Guaragi, Piriquireitos e Uvaia (Município de Ponta Grossa);

94) PORECATU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Centenário do Sul, de Mirassolva e Prado Ferreira (Município de Mirassolva), de Florestópolis e Lupionópolis (Municípios do mesmo nome);

95) PRIMEIRO DE MAIO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Ibiaci (Município de Primeiro de Maio);

96) PRUDENTÓPOLIS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaciaba e Patos Velhos (Município de Prudentópolis);

97) REALEZA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marmelândia (Município de Realeza), de Santa Isabel do Oeste e Rio da Prata (Município de Santa Isabel do Oeste) e de Ampère (Município do mesmo nome);

98) REBOUÇAS: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Rio Azul (Município do mesmo nome);

99) RESERVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de José Lacerda e Rio Novo (Município de Reserva);

100) RIBEIRÃO CLARO: compreendendo o Distrito da sede;

101) RIBEIRÃO DO PINHAL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Abatiá e Jundiá do Sul (Municípios do mesmo nome);

102) RIO NEGRO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Quitandinha e Lagoa Verde (Município de Quitandinha), de Piên e Campo Tenente (Municípios do mesmo nome);

103) ROLÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Martinho, Pitangueira e Nossa Senhora da Aparecida (Município de Rolândia);

104) SANTA HELENA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de São Clemente (Município de Santa Helena);

105) SANTA ISABEL DO IVAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Mônica e São José do Ivaí (Município de Santa Isabel do Ivaí) e de Planaltina do Paraná (Município do mesmo nome);

106) SANTA MARIANA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Panema e Quinzópolis (Município de Santa Mariana);

107) SANTO ANTÔNIO DA PLATINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Monte Real e Conselheiro Zacarias (Município de Santo Antônio da Platina);

108) SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pranchita e Pinhal de São Bento (Município de Santo Antônio do Sudoeste);

109) SÃO JERÔNIMO DA SERRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São João do Pinhal e Terra Nova (Município de São Jerônimo da Serra), de Santa Cecília do Pavão e Santa Bárbara (Município de Santa Cecília do Pavão);

110) SÃO JOÃO DO IVAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lunardelli e Ubauná (Município de São João do Ivaí);

111) SÃO JOÃO DO TRIUNFO: compreendendo a sede

e o Distrito Judiciário de Palmira (Município de São João do Triunfo);

112) SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Campo Largo da Roseira e Colônia Murici (Município de São José dos Pinhais), de Guaratuba e Pedra Branca de Araraquara (Município de Guaratuba), de Mandirituba e Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba), de Tijucas do Sul e Agudos do Sul (Municípios do mesmo nome);

113) SÃO MATEUS DO SUL: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Fluvópolis (Município de São Mateus do Sul);

114) SÃO MIGUEL DO IGUAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itacoará e Aurora do Iguaçu (Município de São Miguel do Iguaçu);

115) SENGÉS: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Reianópolis (Município de Sengés);

116) SERTANÓPOLIS: compreendendo o Distrito da sede;

117) SIQUEIRA CAMPOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marimbondo (Município de Siqueira Campos) e Salto do Itararé (Município do mesmo nome);

118) TEIXEIRA SOARES: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraúna (Município de Teixeira Soares);

119) TELÉMAGO BORBA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ortigueira, Barreiro, Lageado Bonito, Monjolinho e Natingui (Município de Ortigueira);

120) TERRA RICA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Adhemar de Barros (Município de Terra Rica);

121) TERA ROXA DO OESTE: compreendendo o Distrito da sede;

122) TIBAGI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Amparo e Ventania (Município de Tibagi);

123) TOLEDO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Novo Sarandi, Vila Nova e Ouro Verde (Município de Toledo), de Nova Santa Rosa e Alto Santa Fé (Município de Nova Santa Rosa);

124) TOMASINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sapé (Município de Tomasina), de Pinhalão e Lavrinha (Município de Pinhalão) e de Jaboti (Município do mesmo nome);

125) UBIRATÃ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Yolanda (Município de Ubiratã), de Campina da Lagoa, Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa), de Nova Cantu, Geremias Lunardelli e Santo Rei (Município de Nova Cantu);

126) UMUARAMA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ivaté, Santa Elisa, Serra dos Dourados, Lovat e Perobal (Município de Umuarama), de Maria Helena, Douradinha e Herculanã (Município de Maria Helena), de Icaraíma, Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma);

127) UNIÃO DA VITÓRIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Domingos e São Cristóvão (Município de União da Vitória), de General Carneiro e Jangada do Sul (Município de General Carneiro), de Cruz Machado e Santa Ana (Município de Cruz Machado), de Bituruna, Paula Freitas e Porto Vitória (Municípios do mesmo nome);

128) URAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Norte (Município de Uraí), de Jataizinho, Frei Timóteo e São João (Município de Jataizinho) e de Rancho Alegre (Município do mesmo nome);

129) WENCESLAU BRAZ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São José da Boa Vista e Santa Anta do Itararé (Municípios do mesmo nome); e

130) XAMBRÉ: compreendendo o Distrito da sede.

TÍTULO IV

Das Comarcas, dos Juízes e dos Serviços Auxiliares

CAPÍTULO I

Da Composição das Comarcas e da Competência dos Juízes

Art. 213 — As Comarcas são compostas de uma ou mais Varas, estabelecendo este Código a competência dos Juízes que nelas tiverem exercício.

§ 1.º — Nas de uma só Vara, a competência será genérica.

§ 2.º — Nas de duas Varas, a competência será a seguinte:

a) Vara Cível: com função de direção do Fórum;

b) Vara Criminal, de Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extra-judicial.

§ 3.º — Nas de três ou mais Varas, a competência fixar-se-á por distribuição ou especialização.

Art. 214 — As Comarcas e as Varas poderão ser declaradas em regime de exceção, em casos especiais ou por acúmulo de trabalho, por ato do Conselho da Magistratura, ouvido o Corregedor, quando não for o proponente da medida.

Parágrafo único — O Presidente do Tribunal de Justiça designará o Juiz ou Juízes para exercerem, cumulativamente com o titular, a jurisdição da Comarca ou Vara, fixando as atribuições e distribuição dos processos.

CAPÍTULO II

Dos Serviços Auxiliares

Art. 215 — Os serviços do foro judicial e extrajudicial nas Comarcas serão executados por serventuários e funcionários da Justiça, com as atribuições previstas nos Ofícios de Justiça constantes deste Código.

Art. 216 — É mantida a atual constituição dos Ofícios de Justiça, salvo as alterações expressas, consignadas neste Código.

Art. 217 — Nas Comarcas criadas, a constituição dos Ofícios do foro judicial e do extrajudicial obedecerá aos critérios estabelecidos para as de igual entrância, ressalvadas as particularidades respectivas.

Art. 218 — Em cada Comarca haverá, no mínimo, dois (2) Oficiais de Justiça por Vara.

§ 1.º — Os Oficiais de Justiça, os auxiliares de cartório e os serventes da Comarca de Curitiba, serão lotados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, e os de idênticos cargos, nas demais comarcas, pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum, de acordo com a necessidade do serviço.

§ 2.º — Os Oficiais de Justiça receberão para cumprimento, indistintamente, mandados cíveis e criminais.

CAPÍTULO III

Dos Distritos Judiciários

Art. 219 — Em cada Distrito Judiciário, excetuado o da Comarca, haverá um Escrivão distrital, com as atribuições definidas neste Código.

TÍTULO V

Da Comarca de Curitiba

CAPÍTULO I

Da Competência dos Juízes e Distribuição das Varas

Art. 220 — Na Comarca de Curitiba, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I. 18 Varas Cíveis não especializadas.

II. 4 Varas de Família.

III. 1 Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho.

IV. 4 Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas.

V. 1 Vara de Menores.

VI. 11 Varas Criminais não especializadas.

VII. 1 Vara do Tribunal do Júri.

VIII. 2 Varas dos Delitos de Trânsito.

IX. 1 Vara das Execuções Penais e Corregedoriados Presídios.

X. 1 Auditoria da Justiça Militar.

Art. 221 — Aos Juízes das Varas Cíveis, de 1.^a a 18.^a, compete, por distribuição, o conhecimento, processo e julgamento de toda a matéria cível e comercial, ressalvada a competência das Varas especializadas.

Art. 222 — Aos Juízes das Varas de Família, de 1.^a a 4.^a, compete, por distribuição:

I. Processar e julgar as ações de nulidade a anulação de casamento e desquite; as relativas ao estado civil das pessoas; as fundadas diretamente em direitos e deveres entre os cônjuges, pais e filhos; as relativas à filiação e ao reconhecimento de filhos, cumuladas ou não com petição de herança; e as concernentes ao regime de bens de casamento.

II. Conhecer das causas de alimentos e daquelas sobre a posse e guarda de filhos menores, nas questões entre os pais ou entre estes e terceiros.

III. Conhecer das causas de extinção, suspensão e perda do pátrio poder, nos casos dos artigos 392, números II a IV, 393, 394, 395 e 406, inciso II, do Código Civil, incumbindo-lhes nestes casos nomear, remover e destituir tutores, exigir destes as garantias legais, conceder-lhes autorização e tomar-lhes as contas.

IV. Autorizar a alienação, hipotecas e constituição de ônus, relativamente aos bens dotais.

V. Autorizar os pais a praticarem atos dependentes de consenso judicial, relativamente à pessoa e aos bens dos filhos, bem como os tutores, relativamente aos menores sob tutela, nos casos do inciso III.

VI. Dispensar publicação de proclamas.

VII. Suprir o consentimento.

VIII. Celebrar casamentos e processar os pedidos de registro de casamentos nupciais.

IX. Decidir dos impedimentos opostos aos contraentes.

X. Proceder à ratificação dos casamentos nupciais.

XI. Processar e julgar justificação de idade dos contraentes, nos autos de habilitação de casamento, determinando abertura de assento e exibição da respectiva certidão.

XII. Dar cumprimento aos mandados para averbação de mudança de estado civil, resultante de sentença.

XIII. Ordenar o registro de bem de família.

XIV. Prover o registro dos infantes ex-opostos.

Art. 233 — Ao Juiz da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho compete:

I. Processar e julgar todos os feitos, contenciosos ou não, previstos na lei de acidentes do trabalho e outros de natureza infelizmente.

II. Processar e julgar as causas contenciosas ou administrativas que, diretamente, se refiram aos registros públicos em geral.

III. Processar e julgar as impugnações relativas ao loteamento de imóveis.

IV. Ordenar a matrícula de jornais e oficinas gráficas.

V. Conhecer e decidir das reclamações ou dúvidas dos Oficiais do Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, do Registro de Pessoas Naturais, dos Tabeliães, dos Distribuidores e dos Oficiais de Protestos, sobre atos de sua competência.

VI. Superintender o serviço de Registros Públicos, provendo à boa ordem dos ofícios, além de exercer vigilância disciplinar sobre seus titulares e auxiliares, bem como conhecer de suas suspeições.

VII. Exercer correição permanente do foro extrajudicial da Comarca, através de inspeções periódicas nos respectivos cartórios, enviando ao Corregedor da Justiça relatórios trimestrais de suas atividades.

Art. 224 — Aos Juízes de Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, de 1.^a a 4.^a, compete, por distribuição:

I. Processar e julgar as causas em que for interessada a Fazenda Pública do Estado e dos Municípios da Comarca de Curitiba, como autora, ré, assistente ou oponente, e as que dela forem dependentes ou acessórias, exceto as de acidentes do trabalho, assim como processar e julgar falências e concordatas.

II. Processar e julgar as causas em que forem, do mesmo modo, interessadas as entidades autárquicas e de economia mista, estaduais e municipais da Comarca de Curitiba, e as empresas públicas.

III. Processar e julgar os embargos à execução fundados em títulos extrajudiciais do Estado e dos Municípios da Comarca de Curitiba e de suas autarquias.

IV. Processar e julgar as ações de desapropriação e as demolitórias de interesse da Fazenda Pública e autarquias do Estado e dos Municípios da Comarca de Curitiba;

V. Conhecer dos mandados de segurança contra atos de autoridades estaduais e municipais da Comarca de Curitiba.

VI. Executar multa imposta por contrato, sentença, lei ou regulamento, bem como fiança criminal quebrada ou perdida, desde que constituam renda da Fazenda Pública do Estado e dos Municípios da Comarca de Curitiba.

Art. 225 — Ao Juiz da Vara de Menores compete exercer em geral, todas as atribuições definidas na legislação sobre menores.

Art. 226 — Aos Juízes das Varas Criminais, de 1.^a a 11.^a, compete, por distribuição, o processo e julgamento de todas as ações penais, ressalvada a competência das Varas especializadas.

Art. 227 — Ao Juiz da Vara do Tribunal do Júri compete:

I. A organização e presidência do Tribunal do Júri, e julgamento de todos os processos da competência respectiva, na conformidade do disposto no artigo 62 e seus parágrafos, deste Código.

II. A organização e presidência de quaisquer Tribunais populares.

Art. 228 — Aos Juízes das Varas dos Delitos de Trânsito, 1.^a e 2.^a, compete, por distribuição, o processo e julgamento dos crimes e contravenções referentes aos acidentes de trânsito.

Art. 229 — Ao Juiz da Vara das Execuções Penais e Corregoria dos Presídios, com jurisdição em todo o Estado, compete:

I. Exercer as atribuições previstas no Livro IV do Código de Processo Penal, salvo as que forem privativas de outras autoridades judiciárias.

II. Exercer a inspeção permanente das prisões, dos estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas da liberdade e de medidas de segurança, para fiscalizar a execução das sentenças criminais e a situação pessoal dos encarcerados ou internados.

III. Decidir sobre a prisão-alberque e assemelhados.

Art. 230 — A Auditoria da Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares, na conformidade do disposto no artigo 58 deste Código.

Art. 231 — A distribuição entre as Varas de igual competência será feita sob a presidência do Juiz de Direito Substituto designado pelo Corregedor da Justiça, que baixará ato disciplinando a matéria.

Art. 232 — Aos Juízes de Direito Substitutos incumbe:

I. Atender aos pedidos de "habeas corpus" e requisitórias urgentes de prisão preventiva, bem como conhecer das prisões em flagrante, mediante escala de plantão organizada pela Corregedoria da Justiça.

II. Auxiliar os Juízes de Direito das Varas da Seção Judiciária da qual são titulares, ou os de outras Seções.

Art. 233 — Quando não estiverem no exercício de substituição, os magistrados referidos no artigo anterior deverão au-

xiliar os Juízes de Direito.

§ 1.º — O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Corregedor, baixará o ato de designação, indicando:

I — O Juízo em que será prestado o auxílio.

II — A forma da distribuição dos processos, quanto ao número e distinção da matéria.

§ 2.º — Será fixado o prazo para o exercício dessa função auxiliar, prorrogável, segundo a conveniência ou necessidade dos serviços.

Art. 234 — Os Juízes de Direito Substitutos, em exercício na Vara de Menores, na de Registros Públicos e na de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, terão igualmente a incumbência de auxiliar o respectivo titular, sendo estabelecidas sua competência e atribuições, no que couber, nos moldes do artigo anterior.

Art. 235 — A Vara das Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, constituir-se-á de dois Ofícios:

I — Ao 1.º Ofício caberá a função do foro judicial.

II — Ao 2.º Ofício, caberão os assentos atinentes à Corregedoria dos Presídios.

CAPÍTULO II

Dos Auxiliares da Justiça

Art. 236 — Haverá na Comarca de Curitiba:

I. NO FORO JUDICIAL:

a) vinte e sete (27) Escrivanias do Cível, incluídas as especializadas;

b) dezesseis (16) Escrivanias do Crime, incluídas as especializadas;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) quatro (4) Ofícios de Avaliador;

e) três (3) Ofícios de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, com as atribuições seguintes:

1.º Ofício : Varas de Família; Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas; Vara de Registro Público e Acidentes de Trabalho; Varas Criminais de 1.ª a 16.ª; Tabelionatos de Notas de 8.º a 12.º;

2.º Ofício: Varas Cíveis, de 1.ª a 18.ª; Tabelionatos de Notas de 1.º a 7.º;

3.º Ofício : Distribuição de títulos:

— relativos a direitos reais imobiliários, que se destinem à matrícula nos Ofícios de Registros de Imóveis;

— de crédito, que se destinem aos Ofícios de Protestos de Títulos;

f) cinco (5) Comissários de Vigilância;

g) dois (2) Porteiros de Auditórios;

h) noventa e seis (96) Oficiais de Justiça;

i) trinta e quatro (34) Auxiliares de Cartório.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) doze (12) Tabelionatos de Notas, denominados ordinalmente;

b) nove (9) Ofícios de Registro de Imóveis, denominados ordinalmente, com as delimitações territoriais previstas na Lei número 5.809/68;

c) quatro (4) Ofícios de Registro de Títulos e Documentos, denominados ordinalmente, acumulando, precariamente, o Ofício de Registro das Pessoas Jurídicas;

d) quatro (4) Ofícios de Protesto de Títulos, denominados ordinalmente;

e) quatro (4) Ofícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, no Distrito da sede, compreendendo, obrigatoriamente, as delimitações territoriais das quatro primeiras zonas, previstas na Lei 5.809/68;

f) vinte e dois (22) Escrivães Distritais nos Distritos Judiciais, compreendidos nos Municípios pertencentes à Comarca de Curitiba, com as delimitações constantes da Lei número 5.809/68.

TÍTULO VI

Das Comarcas do Interior

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 237 — A competência dos Juízes das Varas, em matéria especializada, é a prevista para as correspondentes da Comarca de Curitiba.

Art. 238 — Será o seguinte o número de Juízes de Direito em cada uma das Comarcas de:

I — Londrina: dez (10) Juízes de Direito.

II. Maringá: oito (8) Juízes de Direito.

III. Ponta Grossa: sete (7) Juízes de Direito.

IV. Cascavel: seis (6) Juízes de Direito.

V. Campo Mourão e Umuarama: cinco (5) Juízes de Direito.

VI. Guarapuava: quatro (4) Juízes de Direito.

VII. Apucarana, Cianorte, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranavaí e Pato Branco: três (3) Juízes de Direito.

VIII. Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Guaíra, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Rolândia, São José dos Pinhais, Toledo e União da Vitória: dois (2) Juízes de Direito.

IX. Nas demais Comarcas: um (1) Juiz de Direito.

CAPÍTULO II

Da Comarca de Apucarana

Art. 239 — Na Comarca de Apucarana a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I. Uma (1) Vara Cível.

II. Uma (1) Vara Criminal

III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Apucarana com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

a) uma (1) Escrivania do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Comissário de Vigilância de Menores; e

g) um (1) Auxiliar de Cartório.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1.º Tabelião de Notas;

b) 2.º Tabelião de Notas;

c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;

d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;

e) um (1) Ofício de Registro de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e

f) um (1) Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, os de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO III

Da Comarca de Arapongas

Art. 240 — Na Comarca de Arapongas a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I. Uma (1) Vara Cível.

II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Arapongas, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, os Ofícios de Protesto de Títulos, de Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos;
- b) 2.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, os Ofícios de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas;
- c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos.

CAPÍTULO IV

Da Comarca de Araucária

Art. 241 — Na Comarca de Araucária a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I. Uma (1) Vara Cível.

II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Araucária, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
- e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO V

Da Comarca de Assis Chateaubriand

Art. 242 — Na Comarca de Assis Chateaubriand, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I. Uma (1) Vara Cível.

II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Assis Chateaubriand, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e

e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO VI

Da Comarca de Campo Mourão

Art. 243 — Na Comarca de Campo Mourão, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I. Duas (2) Varas Cíveis, 1.ª e 2.ª, por distribuição.

II. Duas (2) Varas Criminais, 1.ª e 2.ª por distribuição, cabendo à 1.ª a organização e presidência do Tribunal do Júri.

III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Campo Mourão, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
- b) duas (2) Escrivanias Criminais;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;
- g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;
- d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
- f) 1.º Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas; e
- g) 2.º Ofício de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO VII

Da Comarca de Cascavel

Art. 244 — Na Comarca de Cascavel a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I. Três (4) Varas Cíveis, 1.ª, 2.ª, 3.ª, por distribuição.

II. Duas (2) Varas Criminais, 1.ª e 2.ª, por distribuição, cabendo à 1.ª a organização e presidência do Tribunal do Júri.

III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Cascavel, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) três (3) Escrivanias do Cível;
- b) duas (2) Escrivanias Criminais;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;
- g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores; e
- h) um (1) Assistente Social na Vara de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 3.º Tabelião de Notas;
- d) 1.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- e) 2.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- f) 3.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- g) 1.º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- h) 2.º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- i) 1.º Ofício de Protesto de Títulos;
- j) 2.º Ofício de Protesto de Títulos; e
- l) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO VIII

Da Comarca de Cianorte

Art. 245 — Na Comarca de Cianorte, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal.
- III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Cianorte, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e
 - g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;
- d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e
- f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, de Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO IX

Da Comarca de Cornélio Procópio

Art. 146 — Na Comarca de Cornélio Procópio, a prestação jurisdicional será efetiva por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Cornélio Procópio, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e
 - f) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;
- d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e
- f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO X

Da Comarca de Cruzeiro do Oeste

Art. 147 — Na Comarca de Cruzeiro do Oeste a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Cruzeiro do Oeste, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial.
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;
- d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e
- f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO XI

Da Comarca de Foz do Iguaçu

Art. 248 — Na Comarca de Foz do Iguaçu, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Duas (2) Varas Cíveis, 1.ª e 2.ª, por distribuição, inclusive quanto à matéria trabalhista;
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros

Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Foz de Iguaçu, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) duas (2) Escrivanias do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XII

Da Comarca de Francisco Beltrão

Art. 249 — Na Comarca de Francisco Beltrão a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Duas (2) Varas Cíveis, 1.ª e 2.ª, por distribuição.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Francisco Beltrão, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) duas (2) Escrivanias do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e
 - f) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;
- d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;
- e) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, de Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos; e
- f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos.

CAPÍTULO XIII

Da Comarca de Guaíra

Art. 250 — Na Comarca de Guaíra, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Guaíra, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) Uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

- d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
- e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, o Ofício de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XIV

Da Comarca de Guarapuava

Art. 251 — Na Comarca de Guarapuava a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Duas (2) Varas Cíveis, 1.ª e 2.ª, por distribuição.
- II. Uma (1) Vara Criminal.
- III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho, e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Guarapuava, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) duas (2) Escrivanias do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e
 - g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;
- d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;
- e) 3.º Ofício de Registro de Imóveis;
- f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
- g) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando o Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos; e
- h) 2.º Ofício de Protestos de Títulos.

CAPÍTULO XV

Da Comarca de Ivaiporã

Art. 252 — Na Comarca de Ivaiporã, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Ivaiporã, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles exercerá, por designação do Juiz de Direito Diretor do

Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XVI

Da Comarca de Jacarezinho

Art. 253 — Na Comarca de Jacarezinho, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Jacarezinho, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.
- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
 - a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
 - b) 2.º Tabelião de Notas;
 - c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
 - d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XVII

Da Comarca de Laranjeiras do Sul

Art. 254 — Na Comarca de Laranjeiras do Sul a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá, na Comarca de Laranjeiras do Sul, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.
- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
 - a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
 - b) 2.º Tabelião de Notas;
 - c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos,

Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, o Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XVIII

Da Comarca de Londrina

Art. 255 — Na Comarca de Londrina a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Cinco (5) Varas Cíveis, 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, e 5.ª, por distribuição.

- II. Quatro (4) Varas Criminais, 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª, por distribuição, cabendo à 1.ª, a organização e presidência do Tribunal do Júri.

- III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Londrina, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) cinco (5) Escrivanias do Cível;
 - b) Quatro (4) Escrivanias Criminais;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por determinação do Juiz de Direito Diretor do Fórum exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório da Vara Criminal;
 - g) dois (2) Comissários de Vigilância de Menores;
 - h) um (1) Assistente Social na Vara de Menores; e
 - i) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial.
- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
 - a) 1.º Tabelião de Notas;
 - b) 2.º Tabelião de Notas;
 - c) 3.º Tabelião de Notas;
 - d) 4.º Tabelião de Notas;
 - e) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;
 - f) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;
 - g) 3.º Ofício de Registro de Imóveis;
 - h) 1.º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
 - i) 2.º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
 - j) 1.º Ofício de Protesto de Títulos;
 - l) 2.º Ofício de Protesto de Títulos; e
 - m) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o de Registro das Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XIX

Da Comarca de Maringá

Art. 156 — Na Comarca de Maringá a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Quatro (4) Varas Cíveis, 1.ª, 2.ª, 3.ª, e 4.ª, por distribuição.

- II. Três (3) Varas Criminais, 1.ª, 2.ª e 3.ª, por distribuição, cabendo à 1.ª a organização e presidência do Tribunal do Júri.

- III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Maringá, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) quatro (4) Escrivanias do Cível;
 - b) três (3) Escrivanias Criminais;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e

Depositário Público;

e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

- f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;
- g) dois (2) Comissários de Vigilância de Menores;
- h) um (1) Assistente Social na Vara de Menores; e
- i) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 3.º Tabelião de Notas;
- d) 4.º Tabelião de Notas;
- e) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;
- f) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;
- g) 3.º Ofício de Registro de Imóveis;
- h) 1.º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
- i) 2.º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
- j) 1.º Ofício de Protesto de Títulos;
- l) 2.º Ofício de Protesto de Títulos; e
- m) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o de Registro de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XX**Da Comarca de Paranaguá**

Art. 257 — Na Comarca de Paranaguá, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal.
- III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extra-judicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Paranaguá, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível.
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e
 - g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2.º Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXI**Da Comarca de Paranavaí**

Art. 258 — Na Comarca de Paranavaí a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível;
- II. Uma (1) Vara Criminal.

III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extra-judicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Paranavaí, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;
- g) um (01) Comissário de Vigilância de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 3.º Tabelião de Notas;
- d) 1.º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- e) 2.º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e,
- g) um (1) Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, o Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXII**Da Comarca de Pato Branco**

Art. 259 — Na Comarca de Pato Branco a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal.
- III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho, Corregedoria do Foro Extra-judicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Pato Branco, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- f) um (1) Auxiliar de Cartório da Vara Criminal; e
- g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e
- f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO XXIII

Da Comarca de Ponta Grossa

Art. 260 — Na Comarca de Ponta Grossa a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I. Quatro (4) Varas Cíveis, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, por distribuição.

II. Duas (2) Varas Criminais, 1ª e 2ª, por distribuição, cabendo à 1ª a organização e presidência do Tribunal do Júri.

III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registro Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Ponta Grossa, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
- a) quatro (4) Escrivâncias do Cível;
 - b) duas (2) Escrivâncias Criminais;
 - c) uma (1) Escrivância de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;
 - g) dois (2) Comissários de Vigilância de Menores; e
 - h) um (1) Assistente Social na Vara de Menores.

- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
- a) 1.º Tabelião de Notas;
 - b) 2.º Tabelião de Notas;
 - c) 3.º Tabelião de Notas;
 - d) 4.º Tabelião de Notas;
 - e) 1.º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial constante do quadro anexo;
 - f) 2.º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial constante do quadro anexo;
 - g) 1.º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
 - h) 2.º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
 - i) 1.º Ofício de Protesto de Títulos;
 - j) 2.º Ofício de Protesto de Títulos; e
 - l) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o de Registro de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXIV

Da Comarca de Rolândia

Art. 261 — Na Comarca de Rolândia a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Rolândia, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
- a) uma (1) Escrivância do Cível;
 - b) uma (1) Escrivância Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
- a) 1.º Tabelião de Notas;

- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e,
- e) um (1) Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos, e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXV

Da Comarca de São José dos Pinhais

Art. 262 — Na Comarca de São José dos Pinhais a prestação jurisdicional será efetivada por juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de São José dos Pinhais, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
- a) uma (1) Escrivância do Cível;
 - b) uma (1) Escrivância Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
- a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
 - b) 2.º Tabelião de Notas;
 - c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
 - d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior; e
 - e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, o Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXVI

Da Comarca de Toledo

Art. 263 — Na Comarca de Toledo, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Toledo, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
- a) uma (1) Escrivância do Cível;
 - b) uma (1) Escrivância Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
 - e) um (1) auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
- a) 1.º tabelião de Notas;
 - b) 2.º Tabelião de Notas;
 - c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior.
 - d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
 - e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos,

Casamentos e Óbitos; e

f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO XXVII

Da Comarca de Umuarama

Art. 264 — Na Comarca de Umuarama a prestação jurisdicional será efetiva por Juízes de:

- I. Duas (2) Varas Cíveis, 1.^a e 2.^a, por distribuição.
- II. Duas (2) Varas Criminais, 1.^a e 2.^a, por distribuição, cabendo à 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri.
- III. Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extra-judicial.

Parágrafo Único. Haverá na Comarca de Umuarama, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) duas (2) Escrivanias do Cível;
 - b) duas (2) Escrivanias Criminais;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se o rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;
 - g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.
- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
 - a) 1.^o Tabelião de Notas;
 - b) 2.^o Tabelião de Notas;
 - c) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis;
 - d) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis;
 - e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
 - f) 1.^o Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas; e
 - g) 2.^o Ofício de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO XXVIII

Da Comarca de União da Vitória

Art. 265 — Na Comarca de União da Vitória a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I. Uma (1) Vara Cível.
- II. Uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único. Haverá na Comarca de União da Vitória, com atribuições definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se o rigoroso rodízio;
 - e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e
 - f) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.
- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
 - a) 1.^o Tabelião de Notas;

- b) 2.^o Tabelião de Notas;
- c) 3.^o Tabelião de Notas;
- d) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- e) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e
- g) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o Registro de Pessoas Jurídicas e o de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO XXIX

Da Comarca da Assaí

Art. 266 — Haverá na Comarca de Assaí, com atribuição definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.
- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
 - a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
 - b) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis;
 - c) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis; e
 - d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando os de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXX

Da Comarca de Astorga

Art. 267 — Haverá na Comarca de Astorga, com atribuição definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:
 - a) uma (1) Escrivania do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
 - d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.
- II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:
 - a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
 - b) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
 - c) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior; e
 - d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando os de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXXI

Da Comarca de Irati

Art. 268 — Haverá na Comarca de Irati, com atribuição definidas:

- I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.^o Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2.^o Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas;
- c) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- d) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior; e
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos.

CAPÍTULO XXXII

Da Comarca de Jandaia do Sul

Art. 269 — Haverá na Comarca de Jandaia do Sul, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis;
- c) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis; e
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXXIII

Da Comarca de Marialva

Art. 270 — Haverá na Comarca de Marialva, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.^o Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2.^o Tabelião de Notas, acumulando os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos.

CAPÍTULO XXXIV

Da Comarca de Porecatu

Art. 271 — Haverá na Comarca de Porecatu, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1.^o Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis;
- c) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis; e
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXXV

Das Demais Comarcas

Art. 272 — Haverá nas demais Comarcas, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania do Crime;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Parágrafo único. Nas comarcas de Assaí, Astorga, Irati, Jandaia do Sul, Marialva, Porecatu e nas compreendidas neste artigo, o cargo de Auxiliar de Cartório na Escrivania Criminal somente será lotado, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, mediante comprovação de real necessidade.

LIVRO V

Das Disposições Finais e Transitórias

TÍTULO I

Das Disposições Finais e Transitórias

CAPÍTULO I

Normas Gerais

Art. 273 — Por motivo de ordem pública, ou de qualquer outro de relevo, poderá o Presidente do Tribunal de Justiça decretar o fechamento do foro ou de qualquer dependência do serviço judiciário, bem como determinar o encerramento do expediente respectivo antes do horário legal.

Art. 274 — Os atos processuais realizam-se de ordinário na sede do Juízo. Podem, todavia, efetuar-se em outro

lugar, em razão da deferência, de interesse da Justiça, ou de obstáculo argüido pelo interessado e acolhido pelo Juiz.

Art. 275 — Os Regimentos Internos dos Tribunais disporão sobre a devolução e julgamento dos feitos, no sentido de que, ressalvadas as preferências legais, se obedeça, tanto quanto possível, na organização das pautas, a igualdade numérica entre os processos em que o Juiz funcione como relator e revisor.

Art. 276 — Nos julgamentos, o pedido de vista não impede votem os Juízes que estiverem habilitados a fazê-lo, e o Juiz que o formular restituirá os autos ao Presidente, para ser julgado na sessão ordinária seguinte.

Art. 277 — O Presidente, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor da Justiça não participam do Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 278 — O magistrado que for convocado para substituir, no primeiro grau de jurisdição, Juiz de entrância superior, perceberá a diferença de vencimentos correspondente, durante o período de afastamento do titular, inclusive diárias, se for o caso.

Art. 279 — Nas Comarcas onde não houver Juiz Federal, ressalvadas as localizadas em região metropolitana onde não houver sessão judiciária da Justiça Federal, os litígios relativos a acidentes do trabalho ou a doenças a elas equiparadas continuarão sendo processados e julgados pela Justiça Estadual.

Art. 280 — Para efeito do aumento do número de Desembargadores, previsto no artigo 106, parágrafo 1.º, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, poderá ser computado o número de processos distribuídos durante o ano anterior que, por força daquela lei, passaram à competência do Tribunal de Justiça.

Art. 281 — Independentemente do disposto no parágrafo 3.º, do artigo 100, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, fica assegurada a antiguidade adquirida, dos Juízes integrantes da mais elevada entrância, para o efeito de acesso ao Tribunal de Justiça, pelo critério de antiguidade.

Art. 282 — O Tribunal de Justiça organizará curso de preparação para a Magistratura, podendo firmar convênios com estabelecimentos de ensino jurídico, Instituto dos Advogados do Brasil, Associação dos Magistrados do Paraná e outras instituições afins, como poderá organizar cursos de aperfeiçoamento de magistrados, para efeito de promoção de uma para outra entrância ou, ainda, para acesso à segunda instância.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Tribunal de Justiça disporá sobre a organização, funcionamento e duração de tais cursos, bem como sobre os convênios a serem firmados.

Art. 283 — Os atuais Juízes Adjuntos passam a ter a denominação de Juiz Substituto, procedendo-se a apostila nos respectivos títulos.

Art. 284 — Os cargos de Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça e de Diretor Secretário de Alçada, serão exercidos, em comissão, por bacharel em Direito, de livre escolha dos respectivos Presidentes.

Art. 285 — Os cargos de Oficial Maior e de Escrevente Juramentado serão extintos à medida que vagarem, ressalvados a seus ocupantes os direitos assegurados nas leis anteriores.

Art. 286 — Os empregados da Justiça devem ser filiados à Previdência Social, ficando os titulares de Ofícios, remunerados por custas ou por custas e vencimentos, obrigados à contribuição de empregadores.

Art. 287 — Ficam criados sete (7) cargos de Juiz de Direito Auxiliar de entrância intermediária.

Art. 288 — Ficam criados quatro (4) cargos de Juiz de Paz e respectivos suplentes para as quatro (4) primeiras zonas da Comarca de Curitiba, a serem preenchidos na forma do disposto neste Código.

Art. 289 — Fica extinto o cargo de 2.º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, assegurado a seu atual ocupante o exercício do mesmo cargo até o final do respectivo mandato.

Art. 290 — O atual titular do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando o de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Londrina, receberá todo o acervo do 1.º Ofício, que fica declarado extinto, inclusive o pessoal nele existente, segundo os respectivos contratos de trabalho.

Art. 291 — Fica assegurado aos magistrados que contavam com mais de trinta (30) anos de serviço, na data da vigência da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, o direito de continuarem a perceber os adicionais a que faziam jus, sem que outros lhes possam ser atribuídos.

Art. 292 — Fica assegurado aos magistrados o direito ao gozo de férias individuais acumuladas por imperiosa necessidade do serviço e referentes a períodos anteriores à vigência da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, bem como ao gozo de licença-prêmio, por período igualmente anterior à mesma lei, ou à contagem em dobro dos tempos respectivos.

Art. 293 — No período de férias coletivas, não correrão prazos para efeito de remoção ou promoção de magistrados e serventuários da Justiça.

Art. 294 — Até a elaboração do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça, continuam em vigor as disposições do atual, naquilo que não contrariem o presente Código.

Parágrafo único. Nos casos omissos ou naqueles que suscitarem dúvidas, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, através de assento, estabelecerá a norma a ser obedecida.

Art. 295 — As despesas com a criação de cargos, e mesmo execução do presente Código, correrão por conta de verba própria do Poder Judiciário.

Art. 296 — Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ao Departamento Legislativo.

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Boanerges Marquesi Sobrinho, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, à Rua Doutor Vicente Machado, 422 - apartamento 6.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1.979

(a) ERONDY SILVÉRIO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Ausente)

Consulto a Liderança do MDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Consulto a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário reservado à Bancada. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Boanerges Marquesi Sobrinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 132, 133, 134, 135, 136 e 137/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 138, 139 à 152/79.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

PORTARIA N.º 824/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

marcar para o período de 1.º a 30 de junho de 1980, as férias concedidas pela Portaria n.º 395/79, à funcionária MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula n.º 106, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembléia.

PORTARIA N.º 825/79

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a NELSON FERREIRA DE ARAUJO FILHO, matrícula n.º 251, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 19 de novembro de 1979, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de novembro de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

